



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Comunicação Interna n. 051/2023/PGM/NT

*Ao Ilustríssimo Sr. Tiago Dalsasso,
Prefeito Municipal de Nova Trento/SC.*

Senhor Prefeito, cumprimentando-lhe cordialmente, valho-me do presente para solicitar análise acerca da contratação do Escritório de Advocacia Schiefler para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no Município de Nova Trento/SC. Conforme reuniões presenciais realizadas com o referido escritório, entendo por conveniente verificar a intenção do Poder Legislativo e das Autarquias Públicas Municipais de se aproveitarem da mesma proposta e do mesmo processo de contratação, caso seja de entendimento a necessidade de tal contratação por este município e também pelo Poder Legislativo e pelas Autarquias.

Saliento que a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados já foi levada a efeito por diversos Órgãos da Administração Pública Federal e Estadual, tanto dos Poderes executivos, como legislativos. Nos termos da proposta em anexo (fls. 2-3), convém ressaltar que:

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, entrou em vigor em agosto de 2020. Seu objetivo principal é proteger os dados pessoais dos cidadãos, estabelecendo regras claras para o tratamento dessas informações pelas empresas e órgãos públicos. Segundo o artigo 7º, inciso III, da LGPD, a Administração Pública só poderá tratar e compartilhar dados quando "necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV" da LGPD. O Guia da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD indica que a Administração Pública (direta e indireta) está submetida a todas as obrigações da LGPD. Portanto, medidas de segurança de dados podem e devem ser adotadas pela Administração Pública. Neste cenário, é manifesta a necessidade de Estados e Municípios darem início à regulamentação da Lei nº 14.133/2021 em âmbito regional, de forma a permitir que os agentes públicos, órgãos, entidades e setores, assim como os agentes econômicos e representantes da iniciativa privada possam se adaptar e se preparar para atuarem com o novo regime de contratação. Além da urgência na regulamentação da nova lei, é essencial que os titulares do Poder Executivo local, em conjunto com suas procuradorias,

RECEBIDO
19/12/23
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**


contem com a assessoria jurídica de consultores especializados, com sólida formação acadêmica, conhecimento em gestão pública, aliado a um conhecimento quanto às exigências da nova lei. Dessa forma, a partir das premissas acima, propomos um serviço advocatício especializado de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) à Administração Pública. Nosso escritório tem vasta experiência em assuntos de proteção de dados, segurança da informação e de direito administrativo, e estamos comprometidos em auxiliar o Município de Nova Trento, suas autarquias e seu poder legislativo a alcançar o pleno cumprimento da legislação vigente, garantindo a proteção adequada dos dados tratados pelo ente público.

Por fim, entendo pela possibilidade da referida contratação por inexigibilidade licitatória, em razão da notória especialização do escritório que formulou a proposta (o que poderá ser analisado no momento de instrução do processo licitatório – mediante parecer jurídico). As documentações comprobatórias de tal especialização, remete-se também em anexo desde logo.

Sem mais solicitações para o presente momento, despeço-me renovando os tradicionais e elevados votos de estima e cordialidade, permanecendo à disposição para prestar todos e quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Nova Trento/SC, 18 de dezembro de 2023.




Mario Antônio Feller Guedes
Assessor Jurídico
OAB/SC n. 57.904

Devido para providências, Encaminhe-se cópia da presente Comunicação Interna ao Poder Legislativo e autarquias municipais afim de que verifiquem interações de conta e disponibilidade orçamentária.


Tiago Dalsasso
PREFEITO
PREF. MUN. DE NOVA TRENTO

19/12/2023



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA TRENTO**

CNPJ 82.925.025/0001-60



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

CNPJ 04.529.689/0001-05

Pref. Mun. de NOVA Trento
03
Fis nº 4

Nova Trento, 20 de dezembro de 2.023.

Ofício nº 030/2023

Ref.: Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados.

Ilmo. Sr. Mario Antônio Feller Guedes
Assessor Jurídico
Nova Trento – SC

Sr. Assessor,

1. Em atenção a solicitação de Vossa Senhoria acerca da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados, através da Comunicação Interna n. 051/2023/PGM/NT, informamos que o IPREVENT tem intenção de se aproveitar da mesma proposta e do mesmo processo de contratação.

Atenciosamente,


Lorena Wisintainer
Diretora-Executiva do IPREVENT

Ciente e recebido em ___/12/2023.

Mario Antônio Feller Guedes
Assessor Jurídico



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA TRENTO**

CNPJ 82.925.025/0001-60



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

CNPJ 04.529.689/0001-05



Nova Trento, 20 de dezembro de 2.023.

Ofício nº 030/2023


Ref.: Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados.

Ilmo. Sr. Mario Antônio Feller Guedes
Assessor Jurídico
Nova Trento – SC

Sr. Assessor,

1. Em atenção a solicitação de Vossa Senhoria acerca da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados, através da Comunicação Interna n. 051/2023/PGM/NT, informamos que o IPREVENT tem intenção de se aproveitar da mesma proposta e do mesmo processo de contratação.

Atenciosamente,


Lorena Wisintainer
Diretora-Executiva do IPREVENT

Ciente e recebido em ___/12/2023.

Mario Antônio Feller Guedes
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
NOVA TRENTO/SC



Ofício nº 291/2023

Nova Trento, 20 de dezembro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor

TIAGO DALSASSO
Prefeito Municipal de Nova Trento/SC

Assunto: Comunicação Interna n. 051/2023/PGM/NT

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste e em resposta ao Ofício n. 0411/2023/GAB/PMNT, que remete a esta Casa Legislativa a Comunicação Interna n. 051/2023/PGM/NT, informar o que segue.

A Comunicação Interna supramencionada refere-se à iminente necessidade de contratação de serviço especializado para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no âmbito do município de Nova Trento, incluindo o Poder Executivo, Autarquias Públicas e também o Poder Legislativo, haja vista a vigência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), de grande relevância no trato de dados pessoais também pelo Poder Público.

Dito isso, diante da prévia apresentação dos trabalhos do pretenso contratado à este Presidente, em consulta à Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Nova Trento, bem como verificada a disponibilidade orçamentária (Dotação Orçamentária/Recurso nº 1.500.0000.0000), o Poder Legislativo manifesta a intenção de aproveitar-se da proposta apresentada pelo Escritório de Advocacia Schiefler, bem como do Processo Licitatório - Inexigibilidade de Licitação a ser viabilizado pelo Poder Executivo, para a contratação do serviço proposto.

Sendo o que havia para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

GUSTAVO

ORSI:03810927988

Gustavo Orsi

Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Trento

Assinado de forma digital por
GUSTAVO ORSI:03810927988

Dados: 2023.12.20 16:00:03
-03'00'

PROPOSTA DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

PLANO DE ATUAÇÃO
E VALORES



Avenida Paulista, 726, 17º Andar, cj. 1707, São Paulo (SP), CEP 01310-910
Tel: (11) 4560-6686 – contato@schiefller.adv.br

[Handwritten signature]

Proposta de consultoria e assessoria jurídica

ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) (Lei nº 13.709/2018)

Prezados(as),

Servimo-nos da presente comunicação para, em resposta ao Ofício nº 018/2023 e de reunião presencial realizada no dia 31/10/2023, na Cidade de Nova Trento, na sede do Poder Executivo, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos, e no Poder Legislativo, encaminhar nova proposta de consultoria e assessoria jurídica para Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei nº 13.709/2018) e capacitação de servidores nos seguintes âmbitos:

- 1) Município de Nova Trento (Administração Direta – Poder Executivo – CNPJ: 82.925.025/0001-60);
- 2) Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE – Autarquia Municipal – CNPJ: 95.785.267/0001-48);
- 3) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento (IPREVENT – Autarquia Municipal – CNPJ: 04.529.689/0001-05); e
- 4) Poder Legislativo (Câmara de Vereadores – CNPJ: 04.302.508/0001-03).

Visão geral

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, entrou em vigor em agosto de 2020. Seu objetivo principal é proteger os dados pessoais dos cidadãos, estabelecendo regras claras para o tratamento dessas informações pelas empresas e órgãos públicos. Segundo o artigo 7º, inciso III, da LGPD, a Administração Pública só poderá tratar e compartilhar dados quando "necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV" da LGPD.

O Guia da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD indica que a Administração Pública (direta e indireta) está submetida a todas as obrigações da LGPD. Portanto, medidas de segurança



de dados podem e devem ser adotadas pela Administração Pública. Neste cenário, é manifesta a necessidade de Estados e Municípios darem início à regulamentação da Lei nº 14.133/2021 em âmbito regional, de forma a permitir que os agentes públicos, órgãos, entidades e setores, assim como os agentes econômicos e representantes da iniciativa privada possam se adaptar e se preparar para atuarem com o novo regime de contratação.

Além da urgência na regulamentação da nova lei, é essencial que os titulares do Poder Executivo local, em conjunto com suas procuradorias, contem com a assessoria jurídica de consultores especializados, com sólida formação acadêmica, conhecimento em gestão pública, aliado a um conhecimento quanto às exigências da nova lei.

Dessa forma, a partir das premissas acima, propomos um serviço advocatício especializado de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) à Administração Pública. Nosso escritório tem vasta experiência em assuntos de proteção de dados, segurança da informação e de direito administrativo, e estamos comprometidos em auxiliar o Município de Nova Trento, suas autarquias e seu poder legislativo a alcançar o pleno cumprimento da legislação vigente, garantindo a proteção adequada dos dados tratados pelo ente público.

Permanecemos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Descrição do escopo e metodologia

Pela presente e nova proposta de serviços de assessoramento jurídico para adequação do Poder Executivo do Município de Nova Trento; Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Nova Trento; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento; e o Poder Legislativo (Câmara de Vereadores) do Município de Nova Trento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o escritório Schiefler Advocacia propõe, tendo por base as exigências do já citado Ofício nº 018/2023, e da também já mencionada reunião presencial realizada no dia 31/10/2023, na sede dos órgãos listados acima, em que se requereu a redução do escopo de atuação no IPREV, SAMAE e Câmara de Vereadores como forma de uma diminuição nos valores de *pró-labore*, os serviços e etapas listados abaixo.

Destaca-se, nesse aspecto, que se considerou para a precificação dos serviços a seguir dispostos o valor de referência de R\$500,00 (quinhentos reais)/hora considerando uma estimativa de horas trabalhadas.



ETAPA I: MAPEAMENTO DE DADOS

	Relatório do atual cenário de dados do ente público
Produtos	Inventário de dados
Prazo Estimado	6 (seis) semanas. ¹
Serviço	Descrição
Entrevistas	Realizar entrevistas com os responsáveis indicados pelo ente público para compreender os fluxos de tratamento de dados pessoais realizados pelo ente público.
Análise de controles de segurança	Analisar os controles de segurança (técnicos, administrativos e operacionais) de dados pessoais.
Análise de contratos	Analisar os contratos existentes e o potencial impacto da LGPD em relação a eles, identificando a necessidade de atualização ou inclusão de cláusulas contratuais.
	Elaborar o inventário de dados, detalhando para cada espécie de dado encontrado: (i) Dado pessoal coletado; (ii) Área e processo que o utiliza; (iii) Fluxo(s) de tratamento(s) relacionado(s); (iv) Indicação se o dado pessoal em questão é sensível; (v) Finalidade; (vi) Base legal de tratamento; (vii) Descrição do tratamento

¹ O prazo estimado se aplica à contratação do Poder Executivo do Município de Nova Trento (Administração Direta – Poder Executivo – CNPJ: 82.925.025/0001-60). Para os outros órgãos contratantes, esse prazo será ajustado, levando em consideração o tamanho e o número de servidores da entidade, bem como a quantidade e complexidade dos dados a serem tratados, de modo a adequar-se ao valor da proposta apresentada às autarquias e ao Poder Legislativo.



Inventário de Dados	efetuado; (viii) Compartilhamentos realizados; (ix) Prazo de retenção; (x) Onde é armazenado (indicação do sistema ou local físico); (xi) Como é realizado o descarte de dados; (xii) Controles de segurança e proteção de dados implementados; (xiii) Dados pessoais de um mesmo fluxo de tratamento ou coleta poderão ser agrupados em um mesmo detalhamento.
----------------------------	---

ETAPA II: DIAGNÓSTICO E DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE ADEQUAÇÃO

Produtos	Relatório de Impacto de Proteção de Dados – RIPD
	Plano de Adequação
Prazo Estimado	6 (seis) semanas. ²
Serviço	Descrição
Análise de Riscos	Analisar os potenciais desvios entre o cenário atual do ente público e as exigências da LGPD como identificação de eventuais dados pessoais que não atendam aos critérios de finalidade de processamento ou do mínimo necessário, necessidades de alteração de processos/sistemas de informação para garantir o atendimento à lei, eventuais necessidades de alterações na gestão de consentimento, riscos à privacidade, entre outros.
	Elaboração de Plano de Adequação a todas as regras previstas na LGPD, por meio de: (i) Recomendações para adequação; (ii) Indicação de papéis, funções e responsabilidades que o ente

² O prazo estimado se aplica à contratação do Poder Executivo do Município de Nova Trento (Administração Direta – Poder Executivo – CNPJ: 82.925.025/0001-60). Para os outros órgãos contratantes, esse prazo será ajustado, levando em consideração o tamanho e o número de servidores da entidade, bem como a quantidade e complexidade dos dados a serem tratados, de modo a adequar-se ao valor da proposta apresentada às autarquias e ao Poder Legislativo.

<p>Plano de Adequação</p>	<p>público deverá estabelecer segundo os requisitos da LGPD (controlador, operador, encarregado, entre outros); (iii) Indicação de alterações necessárias nos contratos, termos de uso, políticas, procedimentos de segurança e proteção dos dados, dentre outros documentos utilizados pelo ente público; (iv) Indicação dos processos e documentos que precisarão ser criados ou atualizados para adequação à LGPD; (v) Recomendação e descrição de procedimentos para o exercício de direitos dos titulares de dados previstos na LGPD; e (vi) Recomendação de como realizar a gestão do ciclo de vida dos dados.</p>
----------------------------------	--

ETAPA III: IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ADEQUAÇÃO

<p>Produtos</p>	<p>Documentos indicados no item 'Elaboração de Programas de Conformidade de Dados' abaixo</p> <p>Capacitação aos servidores do ente público</p>
<p>Prazo Estimado</p>	<p>10 (dez) semanas.³</p>
<p>Serviço</p>	<p>Descrição</p>
	<p>Elaboração ou complementação dos seguintes documentos, dentre outros, que não estejam adequados à LGPD ou que estejam ausentes, de acordo com o levantamento realizado na Etapa II⁴: (i) Política de gestão de dados pessoais; (ii) Política de privacidade;</p>

³ O prazo estimado se aplica à contratação do Poder Executivo do Município de Nova Trento (Administração Direta – Poder Executivo – CNPJ: 82.925.025/0001-60). Para os outros órgãos contratantes, esse prazo será ajustado, levando em consideração o tamanho e o número de servidores da entidade, bem como a quantidade e complexidade dos dados a serem tratados, de modo a adequar-se ao valor da proposta apresentada às autarquias e ao Poder Legislativo.

⁴ As entregas listadas poderão ser compiladas em um único documento, a depender do alinhamento existente entre as partes durante a execução do contrato.



Elaboração de Programas de Conformidade de Dados	(iii) Política de cookies; (iv) Termos de uso; (v) Políticas de segurança da informação; (vi) Política de controle de acesso; (vii) Procedimento de descarte seguro; (viii) Procedimentos para atendimentos ao titular de dados; (ix) Termo de responsabilidade padrão; (x) Elaboração de cláusula padrão para os contratos administrativos; (xi) Termos de acordos de confidencialidade e sigilo com prestadores de serviço e servidores, observados em todo o caso, a sua compatibilidade com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública; (xii) Termos que notifiquem o titular de dados sobre o tratamento que será realizado pelo ente público tais como: finalidade, quais dados estão sendo tratados e o tempo necessário deste tratamento; (xiii) Plano de gestão de incidentes; e (xiv) Plano de gestão de crise em caso de incidente/violação de dados.
Capacitação	Realização de um treinamento básico, com carga horária de 1 (uma) hora, para conscientizar todos os servidores sobre a importância da proteção de dados, abordando práticas seguras no tratamento das informações pessoais e a responsabilidade individual no cumprimento da LGPD.

Destacamos, ainda, que nossa equipe estará disponível para esclarecer quaisquer dúvidas e prestar suporte contínuo durante todo o processo de adequação. Entendemos que cada ente público possui peculiaridades em seu tratamento de dados, e nossa abordagem será personalizada para atender às necessidades específicas dos entes públicos listados no ofício.

Por último, destaca-se que os Prazos de Entrega/Realização são uma estimativa inicial e podem ser ajustados de acordo com a complexidade das operações do ente público e outros fatores específicos.

Fundamentação legal e forma de contratação



Consoante o disposto no art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994, *caput*, os serviços profissionais de advogado são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização. Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de advogados cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, de acordo com o parágrafo único do art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994.

Neste sentido, o escritório Schiefler Advocacia é composto por profissionais com alta qualificação e especialização em Direito Público, formados nas melhores universidades de Direito do País, assim como com larga experiência na atuação consultiva e contenciosa em causas envolvendo licitações e contratos administrativos.

Para a formalização da contratação, o escritório compromete-se a fornecer toda a documentação necessária para comprovação de atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 8.906/1994, assim como em demais normas correlatas, de forma a viabilizar a contratação por **inexigibilidade de licitação**.

Valores

Para determinar os valores de regulamentação e adequação à LGPD para cada um dos entes mencionados no ofício encaminhado pela Procuradoria Municipal de Nova Trento (Poder Executivo (Município de Nova Trento), SAMAE, IPREVENT e Poder Legislativo), considerou-se uma série de fatores que podem influenciar no custo do serviço.

De forma geral, a variação nos valores se baseia na estimativa do trabalho que será efetuado, levando em consideração o tamanho do órgão, a complexidade de suas operações e as necessidades específicas de cada entidade – o que, conseqüentemente, impacta nas horas despendidas para a regulamentação dos citados entes.

Nesse aspecto, por exemplo, o Município de Nova Trento (Administração Direta – Poder Executivo – CNPJ: 82.925.025/0001-60), como entidade de maior porte, possui um grande volume de dados



personais, desde informações de funcionários até dados de cidadãos atendidos por serviços públicos. Além disso, a administração direta possui diversas áreas de atuação, o que implica maior complexidade na identificação e tratamento de dados pessoais. Conseqüentemente, a regulamentação e adequação à LGPD nesse caso exigirá um esforço considerável, envolvendo revisão de processos, treinamento de funcionários e implementação de tecnologias de segurança de dados.

Por sua vez, o serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE – Autarquia Municipal – CNPJ: 95.785.267/0001-48), sendo uma autarquia municipal com foco específico em serviços de água e esgoto, possivelmente envolverá complexidade alta, porém relativamente inferior em relação à quantidade e tipo de dados pessoais em comparação com a administração direta. Conseqüentemente, entende-se por uma previsão menor de horas trabalhadas. Todavia, e inegavelmente, ainda que haja uma redução na quantidade de horas possivelmente demandadas em relação à Administração Direta, o trabalho de regulamentação e adequação à LGPD do ente ainda necessitará de uma completa avaliação dos processos internos e da implementação de variadas medidas de segurança para garantir a conformidade com a LGPD.

Cenário semelhante ocorre com o Poder Legislativo do Município de Nova Trento (Câmara de Vereadores – CNPJ: 04.302.508/0001-03). Veja-se que o Poder Legislativo, em comparação com a administração direta, pode ter um escopo de dados mais limitado, concentrando-se em informações relacionadas às atividades legislativas e políticas. Isso pode resultar em uma regulamentação menos complexa e, portanto, em um esforço relativamente menor, se comparada com a da Administração Direta. No entanto, também é importante considerar que ainda assim o trabalho envolverá e tratará de procedimentos peculiares, próprios e sensíveis, que, inegavelmente, demandarão um complexo programa de regulamentação e adequação à LGPD.

Por fim, tem-se o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento (IPREVENT – Autarquia Municipal – CNPJ: 04.529.689/0001-05). O IPREVENT, apesar de possuir uma estrutura significativamente menor do que a da Administração Direta, da SAMAE e a da Câmara de Vereadores, ainda assim, como uma autarquia responsável pela previdência dos servidores públicos, lida com informações sensíveis, como dados financeiros e de saúde. Isso pode requerer medidas de segurança e regulamentação específicas. A estrutura da autarquia pode ser moderada, mas a sensibilidade dos dados que lida pode exigir investimentos adicionais

em treinamento de pessoal, razão que justifica o valor previsto para a sua adequação e regulamentação à LGPD.

Em resumo, a diferença nos valores para a regulamentação e adequação à LGPD entre os entes mencionados se baseia na complexidade das operações, na quantidade de dados pessoais que lidam e na sensibilidade desses dados. Cada entidade terá necessidades específicas, o que influenciará o escopo do trabalho a ser realizado e, conseqüentemente, o custo associado à conformidade com a LGPD.

Assim, e para a elaboração de todo o serviço de adequação do Município de Nova Trento (considerando-se a Administração Direta, as autarquias anteriormente mencionadas e o Poder Legislativo) à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nos limites do que foi acima descrito, propõe-se o valor de:

- x 1) Município de Nova Trento (Administração Direta – Poder Executivo – CNPJ: 82.925.025/0001-60): **R\$: 50.000,00 (cinquenta mil reais).**
- 2) Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE – Autarquia Municipal – CNPJ: 95.785.267/0001-48): **R\$20.000,00 (vinte mil reais).**
- x 3) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento (IPREVENT – Autarquia Municipal – CNPJ: 04.529.689/0001-05): **R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).**
- x 4) Poder Legislativo (Câmara de Vereadores – CNPJ: 04.302.508/0001-03): **R\$11.000,00 (onze mil reais).**

Validade da Proposta

Esta proposta é válida por 30 (trinta) dias.

São Paulo (SP), 9 de novembro de 2023.

Assinado digitalmente
GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER
OAB/SP 350.031

Assinado digitalmente
MURILLO PREVE CARDOSO DE OLIVEIRA
OAB/SC 59.174



O escritório Schiefler Advocacia

Em 2016, após fazer carreira em dois escritórios de advocacia capitaneados por professores nacionalmente renomados na área de Direito Administrativo, Gustavo Henrique Carvalho Schiefler fundou o escritório Schiefler Advocacia. A partir da experiência prática acumulada e de uma sólida formação acadêmica, o escritório Schiefler Advocacia oferece serviços jurídicos que unem excelência técnica, compromisso absoluto com as causas assumidas e dedicação intensa ao atendimento dos clientes. Atualmente, o escritório possui colaboradores permanentes em São Paulo (SP), Brasília (DF), Florianópolis (SC), Curitiba (PR) e Tubarão (SC).

Temos o propósito maior de entregar resultados jurídicos concretos aos nossos clientes. Sabemos que é dessa criação de valores que depende o nosso próprio sucesso profissional. Para atingir esse objetivo, formamos uma equipe de profissionais talentosos, éticos e absolutamente comprometidos, que não poupam esforços para satisfazer os interesses e atender às expectativas dos clientes. Nossa estratégia corporativa é entregar os melhores serviços disponíveis no mercado, o que exige plena atenção e dedicação.

O escritório acumula um histórico relevante e de destaque em matéria de Direito Administrativo, já que nos últimos anos alcançou resultados positivos expressivos, em causas de âmbito regional e nacional, especialmente em matéria de licitações e contratações públicas.

Prometemos a excelência técnica. E para cumpri-la, acreditamos numa harmônica aliança entre experiência profissional, conhecimento técnico e metodologia de trabalho. Investimos permanentemente na qualificação de nossos colaboradores, para que sejam cada vez mais experientes e especializados em nossas áreas de atuação.

Somos atuantes e persistentes: jamais desistimos de nossas causas e sabemos que a diferença está nos detalhes.

Trabalhamos diuturnamente para criar e fortalecer uma relação duradoura de confiança com os nossos clientes. Portanto, espere um atendimento personalizado, disponível, franco e leal. Estaremos sempre na mesma página e atendê-lo jamais será um incômodo. Pelo contrário, será sempre um prazer: escolhemos a advocacia porque amamos a profissão.

Currículo resumido dos advogados envolvidos



Gustavo Henrique Carvalho Schiefler: Advogado. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Educação Executiva pela *Harvard Law School (Program on Negotiation)*. Pesquisador Visitante no *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht*, em Hamburgo (Alemanha). Integra a equipe de professores e consultores externos da Zênite Informação e Consultoria S/A. Autor dos livros "Diálogos Público-Privados" (2018) e "Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI (2014). Coautor do livro "Contratação de Serviços Técnicos Especializados por Inexigibilidade de Licitação Pública" (2015). Autor de dezenas de artigos científicos na área de licitações e contratações públicas.



Eduardo André Carvalho Schiefler: Advogado. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP/UFSC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial (DRIA/UnB). Autor do livro "Processo Administrativo Eletrônico" (2019) e de artigos acadêmicos, especialmente na área de Direito Administrativo e Tecnologia.



Walter Marquezan Augusto: Advogado. Doutor em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Teoria, História e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche (CAPES-DAAD) para um período de pesquisa no *Institut für Öffentliches Recht und Politik na Westfälische Wilhelms-Universität em Münster* (Alemanha). Autor de artigos acadêmicos na área de Direito Econômico e Economia Política, com ênfase no tema de Infraestrutura e Ferrovias.



Marco Antônio Ferreira Pascoali: Advogado. Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Árbitro na Câmara de Conciliação de Santa Catarina. Membro do Grupo de Estudos em Processo e Constituição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Autor de artigos acadêmicos, especialmente nas áreas de direito empresarial, arbitragem e processo civil.



Murillo Preve Cardoso: Advogado. Árbitro da CAMESC e da Câmara de Conciliação de Santa Catarina. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) agraciado com o Prêmio Alumni '32 Envolvimento com a UFSC pelo seu destaque no movimento estudantil, como presidente do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, e por seu desempenho em competições de debates e arbitragem representando a UFSC. Seu Trabalho de Conclusão de Curso "Responsabilidade Civil do Estado pela Exposição Abusiva de Investigados na Mídia" recebeu o primeiro lugar no concurso de monografias do II Congresso de Direito Administrativo do IDARJ. Foi Campeão do IV Campeonato Brasileiro de Debates, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor do Livro "Responsabilidade Civil do Estado pela Exposição Abusiva dos Investigados na Mídia" e de artigos acadêmicos na área de Arbitragem envolvendo a Administração Pública.



Lucas Hellmann: Advogado. Pós-Graduando em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2021), agraciado com o Prêmio Alumni 32 pelo envolvimento com a Universidade durante a graduação. Membro da Comissão de Licitações e Contratos da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Santa Catarina - OAB/SC. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa Empírica em Contratações Públicas e Construção Civil do Observatório da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - ON/IBEJI/IREE/PUC-SP e ao Grupo de Pesquisa de Contratações Públicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.



Victoria Magnani de Oliveira: Advogada. Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Vinícius da Silva Oliveira: Advogado. Graduado em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Integrante do Grupo de Estudos em Direito e Economia - GEDE (UnB | IDP), certificado pelo CNPq. Autor de artigos jurídicos, especialmente na área de Direito Administrativo. Advogado do escritório Schiefler Advocacia.



Eduardo Martins Pereira: Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Grupo de Estudos Avançados em Direito Penal Econômico (SC) do Instituto Brasileiro e Ciências Criminais (IBCCRIM). Membro do Grupo de Estudos Avançados em Direito Penal Eleitoral do Instituto Brasileiro e Ciências Criminais (IBCCRIM). Proficiente em português e em inglês. Advogado no Escritório Schiefler Advocacia.



Luma Laura Damasceno Góes: Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *Research Assistant* e *Visiting Student Researcher* na *University of Ottawa*, no Canadá (uOttawa). Pesquisadora do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE) e do Laboratório de Direitos Humanos (LabDH). Ex-coordenadora e cofundadora do Núcleo de Traduções do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião, trabalhando em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH). Autora de artigos acadêmicos e relatórios nas áreas de Direito Digital, Direitos Humanos e Direito Internacional.



Marcelo John Cota de Araújo Filho: Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário. Foi membro da Comunidade de Jovens Tributaristas (CJTax). Homenageado com Menção Honrosa na premiação "Embaixadores de Uberlândia 2019". Vencedor do Concurso de Redação "Otávio Lage: Construtor de Sonhos" (2011). Foi Representante Discente do Conselho da Faculdade de Direito (CONFADIR) da Universidade Federal de Uberlândia nos anos de 2018 e 2019.

Os currículos dos demais advogados e colaboradores pertencentes à equipe jurídica do escritório Schiefler Advocacia estão disponíveis em schiefler.adv.br/equipe-juridica.



Natureza
 Recurso

Natureza	Desdobramento *	
3.3.90.	40.08 - Serviços técnicos profissionais de TIC	X v
1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários		X v

Recurso



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Relação de Despesas
ENTIDADE(S): INST. DE PREVIDENCIA SERV. PUB. NOVA TRENTO

ESPECIFICAÇÕES	SALDO ATUAL
----------------	-------------

Entidade: INST. DE PREVIDENCIA SERV. PUB. NOVA TRENTO

11.001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO / ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

759.697,55

0.004 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - IPREVENT

0,00

1 - 3.3.20.00.00.00.00 - TRANSFERENCIAS A UNIAO

1.802.7000.501 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS-RDB TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 0,00

0.007 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

661.758,83

2 - 3.1.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

1.800.1111.501 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS 661.758,83

0.008 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS A CARGO DO TESOURO

97.938,72

3 - 3.1.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

1.500.7000.101 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 97.938,72

12.001 - IPREVENT / IPREVENT

51.801,50

2.005 - ADMINISTRAÇÃO DO IPREVENT

51.801,50

4 - 3.1.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

1.802.7000.501 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS-RDB TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 16.886,29

5 - 3.3.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

1.802.7000.501 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS-RDB TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 32.915,21

6 - 4.4.90.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS

1.802.7000.501 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS-RDB TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 2.000,00

99.099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA. / RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

1.126.000,00

9.902 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA DA UNIDADE GESTORA IPREVENT

1.126.000,00

7 - 9.9.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

1.800.1111.501 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS 1.126.000,00

Total Entidade: 1.937.499,05
Total Geral: 1.937.499,05

Nova Trento, 19/12/2023

IPREVENT



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Relação de Despesas

ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

APROVEITADOS

ESPECIFICAÇÕES	SALDO ATUAL
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	182.697,57
12 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	23.491,06
03.001 - SECRETARIA DE FINANÇAS / SECRETARIA DE FINANÇAS	165.598,63
2.006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	81.643,89
152 - 3.1.71.00.00.00.00.00 - TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
13 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	34.465,21
14 - 3.1.91.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-	13.349,20
153 - 3.3.71.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	33.342,31
15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	0,00
15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	318,90
15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	0,00
15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	0,00
16 - 3.3.93.00.00.00.00.00 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OP.ENTRE	0,00
154 - 4.4.71.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	168,27
17 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	0,00
17 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	0,00
17 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	0,00
2.007 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	50.706,27
18 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	18.619,79
19 - 3.1.91.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - OPER.INTRA-	4.506,90
20 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	25.579,58
21 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	2.000,00
2.008 - AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1,19
22 - 3.3.91.00.00.00.00.00 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OP.ENTRE	1,19
22 - 3.3.91.00.00.00.00.00 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OP.ENTRE	0,00
2.009 - REVITALIZAÇÃO DA MÁQUINA ARRECADADORA	1.000,00
23 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	0,00
24 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS	1.000,00
2.049 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	32.247,28

Atestados de capacidade técnica



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

E3 COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 04.956.954/0001-23, com sede à Rua Doutor Franz Wilhelm Daffert, no 377, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP 13.070-161, tel. (19) 3828-5138, ATESTA, para fins de comprovação técnica, que a empresa **SCHIEFLER ADVOCACIA**, com registro na OAB/SP sob o nº 23.472 e no CNPJ sob o nº 28.887.780/0001-52, com sede na Avenida Paulista, nº 726, cj. 1707, São Paulo/SP, CEP 01310-910, possui plena qualificação técnica para o desempenho de serviços relacionados à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) e implementação de programa de *compliance* de dados.

Registramos que a referida empresa prestou, no período de abril de 2022 a abril de 2023, os serviços de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), contemplando a implementação de programa de *compliance* com foco em privacidade de dados e segurança da informação. Os serviços prestados englobaram: a) Diagnóstico e mapeamento de dados tratados na empresa; b) Elaboração do Inventário de Dados Pessoais (IDP); c) Avaliação e análise dos riscos a que a empresa está sujeita em suas operações de tratamento de dados e proposição de medidas de mitigação para esses riscos; d) Elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD); e) Desenvolvimento e elaboração das políticas de segurança e privacidade dos dados, bem como do Termo de Uso e das cláusulas de adequação contratual; f) Apoio na implementação de ferramentas para registro das operações de tratamento de dados pessoais; g) Comunicação e treinamento dos colaboradores a respeito do conteúdo das políticas e procedimentos de proteção de dados e segurança da informação.

Convém informar que os serviços prestados apresentam excelência técnica, profissionalismo e qualidade, sendo as obrigações cumpridas sempre na forma, tempo e lugar do que ficou contratado, não havendo em nossos registros qualquer fato que a desabone.

Campinas (SP), 13 de novembro de 2023.


E3 COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.
Fernando Gasparini
Sócio-Diretor

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.704.482/0001-55, com sede na Rua México, nº 11, apto. 401, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20031-903, ATESTA, para fins de comprovação técnica, que a empresa **SCHIEFLER ADVOCACIA**, com registro na OAB/SP sob o nº 23.472 e no CNPJ sob o nº 28.887.780/0001-52, com sede na Avenida Paulista, nº 726, cj. 1707, São Paulo/SP, CEP 01310-910, possui plena qualificação técnica para o desempenho de serviços relacionados à implementação de programa de *compliance*, incluindo medidas para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018).

Registramos que a referida empresa presta, desde novembro de 2020, os serviços de assessoria para implementação e gestão de programa de *compliance* com enfoque em práticas anticorrupção e antissuborno. Os serviços prestados englobam: a) Análise e gestão de riscos de *compliance*; b) Apoio para elaboração de políticas e procedimentos internos; c) Proposição de medidas de mitigação de riscos e controles internos; d) Comunicação e treinamento sobre o conteúdo das políticas e procedimentos; e) Apoio na gestão e operação do Canal de Denúncias; f) Realização de investigações internas; g) Apoio para realização de *due diligence* de integridade; h) Monitoramento contínuo dos riscos.

Além disso, especificamente a título de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, foram prestados os seguintes serviços: a) Diagnóstico e mapeamento de dados tratados na empresa, por meio da elaboração de questionários e realização de entrevistas para identificação de riscos; b) Avaliação e análise dos riscos a que a empresa está sujeita em suas operações de tratamento de dados; c) Apoio na implementação de medidas de mitigação para esses riscos; d) Comunicação e treinamento dos colaboradores a respeito do conteúdo das políticas e procedimentos envolvendo proteção de dados e segurança da informação.

Convém informar que os serviços prestados apresentam excelência técnica, profissionalismo e qualidade, sendo as obrigações cumpridas sempre na forma, tempo e lugar do que ficou contratado, não havendo em nossos registros qualquer fato que a desabone.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2023.

PAULO DE TARSO

LOBAO

MORAIS:01702731804

Assinado de forma digital por

PAULO DE TARSO LOBAO

MORAIS:01702731804

Dados: 2023.11.13 11:09:56 -03'00'

AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA.

Paulo de Tarso Lobão Moraes

Sócio-Diretor

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ nº 83.279.448/0001-13, com sede na Rua Bulcão Viana, nº 90, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.020-160, ATESTA para os devidos fins que a empresa SCHIEFLER ADVOCACIA, inscrita no CNPJ sob nº 28.887.780/0001-52, localizada na Avenida Paulista, 726, Andar 13 CXPST 517 Conj. 1303, Bela Vista/SP, CEP: 01.310-100, prestou serviço a esta Corte de Contas, cujo objeto foi a contratação do curso “Oficina teórica e prática sobre Encomenda Tecnológica (ETEC)” ministrada pelos Professores Dr. Gustavo Henrique Carvalho Schiefler e Mestre Eduardo André Carvalho Schiefler, com carga horária de 12 horas, realizado nos dias 17 e 18 de agosto de 2023 neste TCE/SC, por meio da Inexigibilidade de Licitação nº 57/2023 e Ordem de Serviço nº 351/2023, sendo que a mesma cumpriu o objeto satisfatoriamente e com a qualidade desejada, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Florianópolis/SC, 21 de setembro de 2023.

RAUL FERNANDO
FERNANDES
TEIXEIRA:572560479
91
Raul Fernando Fernandes Teixeira
Diretor de Administração da DAF

Assinado de forma digital por
RAUL FERNANDO FERNANDES
TEIXEIRA:57256047991
Dados: 2023.09.21 14:41:14
-03'00'

Curriculum Vitae

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

E-mail: gustavo@schiefler.adv.br

Telefone: +55 11 952301745

CPF: 009.877.469-79

Endereço: SQSW 104, bloco E, apto 102, Brasília-DF, CEP 70670-405

Formação acadêmica

- Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), com tese defendida sobre *diálogos público-privados* (2017), em pesquisa científica que enfatizou a observância da processualidade como o principal elemento de prevenção de desvios nas relações entre Administração Pública e particulares e, por outro lado, a informalidade como o principal elemento de risco no âmbito das comunicações ocorridas antes e durante os processos administrativos, especialmente nas áreas de contratação pública e de regulação.
- Mestre (2013) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com dissertação publicada sobre procedimento de manifestação de interesse (PMI), em pesquisa que enfatizou o risco de captura e de corrupção no planejamento das licitações públicas e as práticas recomendadas para mitigá-lo durante a realização de um PMI.
- Bacharel (2011) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com monografia defendida sobre o uso da arbitragem em contratos administrativos.
- Pesquisador Visitante (*Visiting Researcher*) no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, em Hamburgo (2015/2016), com bolsa concedida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) e pesquisa na área da aplicação do princípio da publicidade nas arbitragens que envolvem contratos com a Administração Pública.
- Educação Executiva em negociação pela Harvard Law School (*Program on Negotiation*) (2015).
- Domínio fluente da Língua Portuguesa (nativo) e da Língua Inglesa (residiu e cursou parcialmente o ensino médio nos Estados Unidos da América, com intercâmbio em *High School*, além de ter residido na Alemanha, em Hamburgo, como Pesquisador Visitante do Max-Planck-Institut, sendo que a língua principal utilizada na instituição era o inglês).
- Domínio intermediário da língua espanhola.

Experiência profissional geral.

- Advogado na área de Direito Administrativo desde o ano de 2012, com atuação focada em assessoria e consultoria jurídicas em matéria de licitações públicas e contratos administrativos, programas de integridade e medidas preventivas à corrupção, lei de acesso à informação, PMIs, concessões e PPPs, parcerias com o terceiro setor, dentre outros temas correlatos. Na área de licitações públicas e contratos administrativos, já trabalhou em casos de expressão local, regional e nacional, especialmente relacionadas aos setores econômicos de engenharia civil, rodovias, educação, publicidade e propaganda, tecnologia, petróleo, saneamento básico, aeroportuário, dentre outros. Em matéria de direito administrativo sancionador, atuou em casos envolvendo a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei Anticorrupção e crimes envolvendo licitações e contratos administrativos (corrupção, lavagem de dinheiro), em processos administrativos vinculados a Tribunais de Contas, Ministério Público, Corregedorias e Controladorias internas e ações perante o Poder Judiciário.
- Integra a equipe de professores de pós-graduação em Direito Administrativo do Instituto de Direito Público (IDP), em Brasília, onde ministra as disciplinas de licitações públicas e de processo administrativo.
- Integra a equipe de professores e de consultores externos da Zênite Informação e Consultoria S/A, na área de licitações e contratos administrativos, onde já ministrou dezenas de cursos em diferentes regiões do Brasil e já elaborou aproximadamente 180 consultas por escrito sobre contratações públicas a órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública brasileira, incluindo-se órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.
- Já ministrou cursos sobre licitações e contratos administrativos para os servidores públicos de órgãos como o Supremo Tribunal Federal – STF, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE/PE, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MPSC, o Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul – TJMS, Exército Brasileiro, dentre outros.
- Foi secretário-adjunto da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/SC (2013/2014).
- Presidente de comitê de resolução de disputas (*dispute board*) envolvendo contrato administrativo na área metroviária (desde 2020).
- Atuação consultiva, de natureza preventiva, e contenciosa administrativa em defesa dos interesses de sociedades empresárias e anônimas em tomadas de contas promovidas por Tribunais de Contas estaduais e da União, e em inquéritos civis em trâmite em Ministérios Públicos estaduais, em Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, bem como atuação negocial, com a firmatura de Acordo de Não Persecução Cível - ANPC, todos relacionados com medidas decorrentes de apontadas irregularidades em relação a licitações e/ou contratos administrativos. Estas medidas são promovidas desde o ano de 2012 e continuam ocorrendo.

Produção bibliográfica

Livros e capítulos de livros:

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Diálogos Público-Privados. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique. Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade de licitação pública. 1. ed. Curitiba: Zênite, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Reflexões sobre a etapa de negociação prévia às alterações em contratos administrativos afetados pela pandemia da Covid-19. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da (coord.) et al. Direito em tempos de crise: COVID-19. São Paulo: Quartier Latin, 2020. v. 4. p. 137-148.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique. Operações de fusão e aquisição e as intercorrências a partir dos acordos de leniência. In: CARVALHO, André Castro *et alli*. Manual de Compliance. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique. Justa causa e juízo de prelibação (admissibilidade) na ação de improbidade administrativa: proteção e preservação dos direitos e garantias dos requeridos frente à busca de maior eficiência judicial no combate à corrupção na era da Operação Lava Jato. Revista Síntese Direito Administrativo, n. 141, p. 311-326, set. 2017.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique. A Arbitragem na Nova Lei Geral de Concessões (LGC): Apontamentos sobre o Fortalecimento dos Meios Extrajudiciais de Litígios Contratuais no Novo Marco Legal dos Contratos de Concessões de Serviços Públicos. In: D. J. V. Tafur; G. J. Jurksaitis e R. H. Issa (orgs.) Experiências Práticas em Concessões e PPP: Estudos em homenagem aos 25 anos da Lei de Concessões - Volume I. São Paulo: Quartier Latin, 2021.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A exigência de análise de impacto regulatório (AIR) como instrumento de proteção dos direitos de liberdade econômica. In: CUNHA FILHO, Alexandre J. C. da; PICCELLI, R. R.; MACIEL, R. M. (Coords.). Lei da liberdade econômica anotada: Lei n° 13.874, de 2019. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Princípios gerais de direito: conceito e aplicação na jurisdição brasileira. In: CUNHA FILHO, A. J. C da; ISSA, R. H.;

SCHWIND, R. W. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Anotada - Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Volume 1. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. As inovações do procedimento licitatório na Lei Federal nº 13.303/2016. In: FERRAZ, Sérgio. Comentários sobre a Lei das Estatais. São Paulo: Malheiros, 2019.

Artigos:

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique. Direitos do particular no processo de negociação dos acordos administrativos. Revista Consultor Jurídico, 22 de agosto de 2021.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. CPSI no Marco Legal das Startups: o que se vê e o que não se vê. Revista Consultor Jurídico, 8 de agosto de 2021.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. É recomendável aplicar a nova Lei de Licitações na pendência do PNCP? Revista Consultor Jurídico, 23 de maio de 2021.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Ausência de regulamento interno de licitações após o prazo de adaptação previsto na Lei nº 13.303/2016. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, Curitiba: Zênite, n. 293, p. 679-685, jul. 2018.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. O orçamento estimado nas licitações das empresas estatais. Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos, n. 284, p. 972-978, out. 2017.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A contratação pública de advogados para a defesa de dirigentes de empresas estatais. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 263, p. 26-33, 2016.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A possibilidade de negociação em caso de descumprimento do contrato administrativo e a questão da indisponibilidade do interesse público.. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 267, p. 456-465, 2016.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Arbitragem nos contratos administrativos e o critério para identificação dos litígios que envolvem direitos patrimoniais disponíveis.. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 989-995, 2016.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Controle na Lei Federal nº 13.019/2014: a convivência do controle de resultados e de meios nas parcerias voluntárias. In: Rodrigo Pagani de Souza; Marcos Augusto Perez. (Org.). Controle da Administração Pública. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, v. 1, p. 263-277.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Como estruturar esquemas seguros de corrupção? Um alerta sobre o fracasso do controle em virtude dos avanços dos serviços de criptografia. Revista do Portal Jurídico Investidura, v. 114, 2016.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Como a corrupção afeta a advocacia em Direito Administrativo? Revista Consultor Jurídico, 17 de dezembro de 2014.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A aplicação da Lei de Acesso à Informação a licitações públicas e contratos administrativos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 257, p. 646-652, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A exigência de índices contábeis como condição de habilitação em licitações públicas. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 254, p. 335-341, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A confluência de normas de direito privado e de direito público em licitações e contratos celebrados por entidades qualificadas como serviço social autônomo (Sistema S). Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 928-935, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Sanções administrativas aplicáveis às licitações públicas e aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 10.520/02 (Lei do Pregão). Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 258, p. 732-741, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Roteiro para a estruturação de concessões por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 259, p. 828-837, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A publicação do balanço patrimonial pelas sociedades anônimas é condição para a celebração de contratos administrativos?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 255, p. 449-452, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; ADIB, Luccas Augusto Nogueira . Títulos de Desenvolvimento Social: utilizando a lógica do mercado de capitais para financiar políticas públicas no Brasil. Revista Digital de Direito Administrativo da USP, v. 3, p. 69-103, 2016.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; AYALA, H. L. . A aquisição de bens móveis e imóveis no âmbito dos termos de parceria. Revista de Direito do Terceiro Setor, v. 8, p. 111-120, 2014.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Anotações sobre o regime jurídico aplicável às informações disponibilizadas pela Administração Pública na rede mundial de computadores.. Fórum Administrativo, v. 13, p. 36-48, 2013.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A regulamentação e a utilização do Procedimento de Manifestação de Interesse no Estado de Santa Catarina. Comentários a respeito do Decreto Estadual nº 962/12. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 225, p. 1130-1138, 2012.

Principais cursos ministrados, ou palestras proferidas em eventos, envolvendo licitações e contratos administrativos, nos últimos 10 anos:

- Zênite - “Advogados Públicos e a Nova Lei de Licitações – Temas e Novidades que devem ser Conhecidos por Assessores, Procuradores Jurídicos e Profissionais - 10 de abril de 2023.
- Zênite - Fiscalização e Gestão dos Contratos de Compras e Serviços na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 14.133/21 - Novidades e desafios enfrentados pelos fiscais e gestores - 13 de março de 2023.
- Palestra em evento organizado pelo Senge-SC - Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina e pelo SINAENCO-SC - Sindicato da Arquitetura e da Engenharia Consultiva, sobre a Nova Lei de Licitações na área da engenharia - 9 de fevereiro de 2023 - Florianópolis/SC.
- Palestra no evento Café da Manhã com Schiefler Advocacia sobre Contratações Públicas & Inovação - 8 de fevereiro de 2023 - Florianópolis/SC.
- Palestra no evento “Dia do Licitante 2023, O Ano da Transformação”, sobre diálogos com o mercado na etapa preparatória das contratações públicas, organizado pela Effecti Licitação - 16 de janeiro de 2023.
- ZÊNITE - 5º Encontro Nacional das Estatais - As Contratações das Estatais – A necessária agenda de revisão dos Regulamentos e as oportunidades para Inovações - 10 de novembro de 2022 - Brasília-DF.
- Palestra sobre contratação de tecnologia pelo Poder Público na 6ª edição do Expojud - Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para o Ecossistema de Justiça do Brasil - 25 a 27 de outubro de 2022 - Brasília-DF.
- 4º Encontro Nacional das Estatais - Zênite - 23 e 24 de novembro de 2021 (Online)
- Compliance em Contratações Públicas (mediador). Aula aberta à pós-graduação do IDP, com André Castro Carvalho, em outubro de 2021.
- Encontro Nacional das Contratações Públicas - Zênite - 24 e 25 de agosto de 2021 (Online)
- Alterações e aditivos aos contratos administrativos na Lei nº 8.666/1993 e na Nova Lei de Licitações - Zênite - 3 e 4 de maio de 2021 (Online)
- 40 vícios mais comuns nas licitações – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU – Zênite Online – 12 e 13 de abril de 2021 (Online)
- Palestra de abertura do Curso de Licitações e Contratos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) – “Contextualizando a Nova Lei de Licitações” – Lei Federal nº 14.133/2021 – 5 de abril de 2021 (online)
- Bate-papo sobre a Nova Lei de Licitações, com Gustavo Schiefler - PL nº 4.253/2020 - Grupo Itaú Unibanco - 17 de março de 2021
- As contratações das estatais – questões fundamentais e polêmicas do dia a dia das licitações e dos contratos e da aplicação da Lei nº 13.303/2016 – 8 e 9 de março de 2021 (Online)
- O que muda com a nova lei de licitações? Destaques das principais novidades e alterações nas licitações e contratos – 2 de março de 2021 (Online)
- 40 vícios mais comuns nas licitações – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - 30 de novembro a 04 de dezembro de 2020 (Online)
- Palestras no 3º Encontro Nacional das Estatais – 24 a 26 de Novembro de 2020 (Online)

- Dispensa e inexigibilidade de licitação – Cabimento, instrução do processo e os contratos decorrentes - 9 a 13 de novembro de 2020 (Online)
- Alterações e aditivos aos contratos administrativos - 19 a 23 de outubro de 2020 (Online)
- PMI e outros diálogos público-privados: planejamento as contratações junto ao mercado. Palestra no TCM-SP. 16 de outubro de 2020. (Online)
- Negociação, gestão de riscos e novos instrumentos a serem aplicados para o enfrentamento da crise e a prevenção de responsabilidades nas contratações da administração e das estatais – 24 e 25 de setembro de 2020 (Online)
- Novidades e repercussões da pandemia nas contratações públicas de acordo a Lei nº 13.979/2020 e a MP nº 961/2020 – 14 de setembro de 2020 (Online)
- Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Cabimento, Instrução e os Contratos decorrentes de acordo com as Leis nºs 13.979/2010, 8.666/1993 e a recente MP nº 961/2020 – 15 de julho de 2020 (Online)
- Contratos da Administração e das estatais e os impactos da COVID-19 – Contratos formalizados antes da crise e de acordo com a Lei no 13.979/2020 – 15 e 16 de junho de 2020 (Online)
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. São Paulo/SP – 17 e 18 de fevereiro de 2020
- A contratação pública sem licitação – cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes. Brasília/DF – 14 de fevereiro de 2020
- Inovação e Transformação Digital no MPSC – Florianópolis, 30 de janeiro de 2020
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. Brasília/DF – 7 e 8 de outubro de 2019
- Os desafios das contratações públicas a partir do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Enatic 4.0 – Desmaterializar para Exponencializar. Conselho da Justiça Federal (CJF). Brasília, 28 de novembro de 2019.
- A contratação pública sem licitação – cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes. Rio de Janeiro/RJ – 16 de outubro de 2019.
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. Brasília/DF – 7 e 8 de outubro de 2019
- Temas Polêmicos e Relevantes de Licitação Pública – 10ª ICFEX a – Inspeção do Exército Brasileiro – Fortaleza/CE – 22 de agosto de 2019
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. Ao Supremo Tribunal Federal – STF (corpo técnico de servidores), em 12 e 13 de agosto de 2019
- Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos. Ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - TCMRJ (corpo técnico de servidores), em 27 de junho de 2019.
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU – Rio de Janeiro – 25 e 26 de junho de 2019
- Planejando as contratações junto ao mercado: como dialogar legalmente com potenciais fornecedores para a obtenção de informações técnicas e pesquisa de preços

- 3º Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas, em Cuiabá/MT – 18 de junho de 2019.
- 2º Encontro Nacional das Estatais – Brasília (DF) – 28 de maio de 2019.
- 50 acórdãos do TCU e dos tribunais superiores que devem ser conhecido e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos – Rio de Janeiro (RJ) – 15 e 16 de abril de 2019
- 45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/16 – Instituto Vital Brazil – Niterói (RJ) – 6 de dezembro de 2018.
- Licitação e contratação direta - como os Tribunais de Contas e o Judiciário interpretam e orientam os agentes na solução dos grandes problemas – Brasília (DF) – 5 de dezembro de 2018.
- As contratações das empresas estatais – como entender e aplicar o novo regime de licitações e contratos da Lei nº 13.303/2016 – Salvador (BA) – 29 e 30 de novembro de 2018
- O que muda nas licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – EMUSA – Niterói (RJ) – 26 e 27 de novembro de 2018.
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU – 22, 23 e 24 de outubro de 2018, em Recife (PE)
- 45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e os contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016 – 26, 27 e 28 de setembro de 2018, em Fortaleza (CE)
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU – 20, 21 e 22 de agosto de 2018, em Maceió (AL)
- Alterações e aditivos aos contratos administrativos - Melhores práticas para alterações do objeto, prazo e valor nos contratos de serviços, obras, compras e registro de preços – Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) – 31 de julho e 1º de agosto de 2018
- Aspectos destacados dos contratos administrativos - alterações e aditivos aos contratos administrativos - alterações do objeto, prazo e valor – Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) – 23 e 24 de julho de 2018.
- Encontro Nacional das Estatais – 16, 17 e 18 de maio de 2018, em Brasília (DF).
- O que muda nas licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – 24 e 25 de abril de 2018, CESAN, Vitória (ES);
- Vícios mais comuns nas licitações – Encontro Nacional de Lideranças SEST/SENAT – 18 de março de 2018, em Brasília (DF)
- Estudo de casos sobre contratação direta – principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação – 14, 15 e 16 de março de 2018, em São Paulo (SP);
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU – 7, 8 e 9 de março de 2018, em Brasília (DF)
- Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas. Oficina: Vícios nos processos de contratação pública. 2018.

- Acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, 2017.
- Seminário Comemorativo - 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa ? Lei Federal n. 8.249/92. Justa causa e juízo de admissibilidade na ação de improbidade. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), 2017.
- Casos práticos sobre contratação direta - principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação - Brasília (DF), 2017.
- Soluções práticas para problemas das licitações e contratos – 60 erros comuns e como evitá-los - Cuiabá (MT), 2017.
- 60 vícios mais comuns na licitações e nos contratos – como evitar quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - Rio de Janeiro (RJ), 2017.
- Bethacon 17. Principais alterações previstas no Projeto de Lei do Senado (PLS-559/2013) que cria a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2017.
- Bethacon 17. Vícios mais comuns nas Licitações e nos Contratos e quais as orientações do TCU. 2017.
- V Encontro Nacional dos Procuradores Fiscais - ENPF. Arbitragem e transação em matéria tributária. 2017.
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - Como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - Florianópolis (SC), 2017.
- O Novo Marco Legal das Empresas Estatais: O que muda com a Lei Federal Nº 13.303/2016. O procedimento licitatório na Lei Federal nº 13.303/2016. Presidente de mesa. 2017.
- Entrevista: Os termos jurídicos presentes nos noticiários sobre a Operação Lava Jato. 2017. BandNews.
- Seminário Nacional Zênite - Os grandes problemas enfrentados no julgamento das licitações – Como evitar, como solucionar e as orientações do TCU (Belo Horizonte/MG), 2016.
- Seminário Nacional Zênite - Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos (Rio de Janeiro-RJ), 2016.
- Seminário Nacional Zênite - 80 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos (Fortaleza/CE), 2016.
- 45 grandes problemas enfrentados no planejamento e julgamento das licitações e na fiscalização e gestão dos contratos – Como evitar, como solucionar e as orientações do TCU, 2016.
- 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver, 2016.
- Como fiscalizar contratos de compras e serviços na administração pública - Ministério Público do Estado do Maranhão, 2015.
- Parcerias Público-Privadas (PPP) - Pós-Graduação - UNOESC - Gestão Pública Online, 2015.
- Seminário Nacional Zênite - Questões aplicadas e relevantes sobre contratação pública (Recife-PE), 2015.
- As alterações da Instrução Normativa nº 06/2013 SLTI/MPOG sobre a Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG, 2014. Florianópolis/SC.
- Inovações Legislativas e Temas Polêmicos à luz de entendimentos dos Tribunais de Contas, 2014. Brasília.
- Parcerias do Estado com o Terceiro Setor - Aspectos Jurídicos, 2014.

- O diálogo público-privado na etapa preparatória das licitações públicas. 2014. XVIII Semana Jurídica da UFSC;
- Lei Federal nº 13.019/2014 - Nova Lei de Parcerias Voluntárias entre o Estado e o Terceiro Setor. 2014. Evento do NEPAD-USP (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo São Francisco)
- A institucionalização do diálogo entre a Administração Pública e os particulares na etapa preparatória das licitações públicas. 2014. II Seminário de Pesquisa do NEPAD-USP - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito Administrativo Democrático da Universidade de São Paulo (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo São Francisco)
- Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI. 2014. VI Congresso Catarinense de Direito Administrativo.
- Reflexões sobre a relação das fundações com o Ministério Público: o velamento fundacional. 2014. 2º Painel de Debates - Institutos e Fundações Empresariais; Inst.promotora/financiadora: Núcleo de Estudos em Direito Administrativo Democrático da Universidade de São Paulo - NEPAD/USP
- Entrevista: Entrevista sobre o lançamento da obra 'Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI', 2014. Rádio Justiça - STF.
- Entrevista: TV Justiça - Programa Academia: Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). 2014.
- Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática, 2013. Joaçaba/SC.
- Entrevista: Falta transparência nas PPPs de Pernambuco. 2013. Jornal do Comercio.
- A constitucionalização do direito administrativo brasileiro no século XXI. 2013. Aula em Pós Graduação em Direito Constitucional - UNIVALI
- Aspectos Jurídicos nas Licitações e contratos de engenharia, 2012. Joinville/SC.
- Questões polêmicas da licitação, 2012. Blumenau/SC. Curso de Aperfeiçoamento em Licitações Públicas e Contratos Administrativos, promovido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI.

Brasília (DF), 18 de abril de 2023.



Max-Planck-Institut für
ausländisches und internationales
Privatrecht | Hamburg

Direktoren
Jürgen Basedow
Holger Fleischer
Reinhard Zimmermann



Max-Planck-Institut · Mittelweg 187 · 20148 Hamburg

Elke Halsen-Raffel

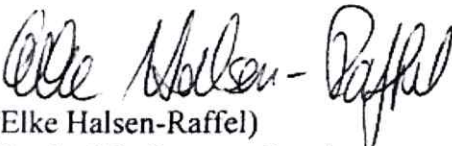
To whom it may concern

Durchwahl: +49-(0)40-41900-212
Fax: +49-(0)40-41 900-288
halsen@mpipriv.de

Hamburg, den 30.1.2016

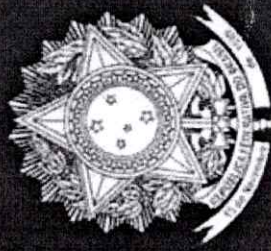
Confirmation

With this letter we confirm that Mr. Gustavo Henrique Carvalho Schiefler has conducted research at the Library of the Max Planck Institute for Comparative and International Private Law as a visiting researcher from 01 October 2015 to 30 January 2016.


(Elke Halsen-Raffel)
Head of Reference Services



CERTIFICADO



Certifico que

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

ministrou 16 horas do curso "60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos", promovido pelo Supremo Tribunal Federal, em Brasília/DF, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2019, com carga horária total de 24 horas-aula.

Brasília, 14 de agosto de 2019.

Renata Moraes Lima Costa

Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas Substituta





SEF



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
10ª INSPECTORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO

10º ICPEX



CERTIFICADO

O Chefe da 10ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército confere o presente certificado ao Sr. **GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER** por ter ministrado o **CURSO DE LICITAÇÕES** - in company. Temas polêmicos e relevantes da contratação pública, no período de 22 de agosto de 2019 com carga horária de 8 horas/aula, desanado aos agentes da administração das Unidades Gestoras Vinculadas à esta Inspetoria.

Fortaleza, CE, 22 de agosto de 2019.


Marcelo José da Silva - Coronel
- Chefe da 10ª ICPEX



10º ICPEX



**SEMINÁRIO
NACIONAL DE
ARBITRAGEM,
CONSTRUÇÃO &
INFRAESTRUTURA**



CMA / CREA-MG
CAMARA DE MEDIÇÃO E ARBITRAGEM



**CREA
MINAS**
Associação dos Engenheiros

CERTIFICADO

Certificamos que

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

participou do *III Seminário Nacional de Arbitragem, Construção & Infraestrutura*, realizado no dia 23 de março de 2015 na Seda do Crea-Minas, com carga horária de 8 horas.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015

Cesimmarys

Clemenceau Chiabi Saliba Júnior
Presidente da CMA Crea-Minas

ANTONIO CARLOS VILLEN
Desembargador Diretor da EPM

São Paulo, 9 de novembro de 2017

A ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA, entidade oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, instituída para as finalidades previstas no artigo 93, inciso II, alínea "c", e inciso IV, da Constituição da República, reconhecida pela Portaria CEE/GP nº 327, de 30/09/2016, publicada no DOE, Seção I, página 27, em 01/10/2016, atesta, para os devidos fins, que o Professor Doutor Gustavo Henrique Carvalho Schieler proferiu palestra no 3º Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" - Especialização em Direito Público - Campinas, nesta data, sobre o tema "Parcerias público-privadas".

ATESTADO

ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA





A Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo,
declara para os devidos fins que

Gustavo Henrique Carvalho

Schiefler integrou mesa de debates na qualidade de palestrante no
Seminário Comemorativo "25 anos da Lei de Improbidade
Administrativa: Lei federal n° 8.429/92"

Data: 19.10.2017 Horário: 19h - 21h15

Local: Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP (Largo 550 Francisco)

Gustavo Justino de Oliveira
Coordenação Científica
Professor Doutor Departamento de Direito do Estado

Apesar:




A Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF - ANAPE certifica que

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

Participou como **PALESTRANTE** com tema "Arbitragem e transação em matéria tributária" no V Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais realizado no período de 26 a 28 de abril de 2017, em Fortaleza – CE.

Fortaleza, 28 de abril de 2017.

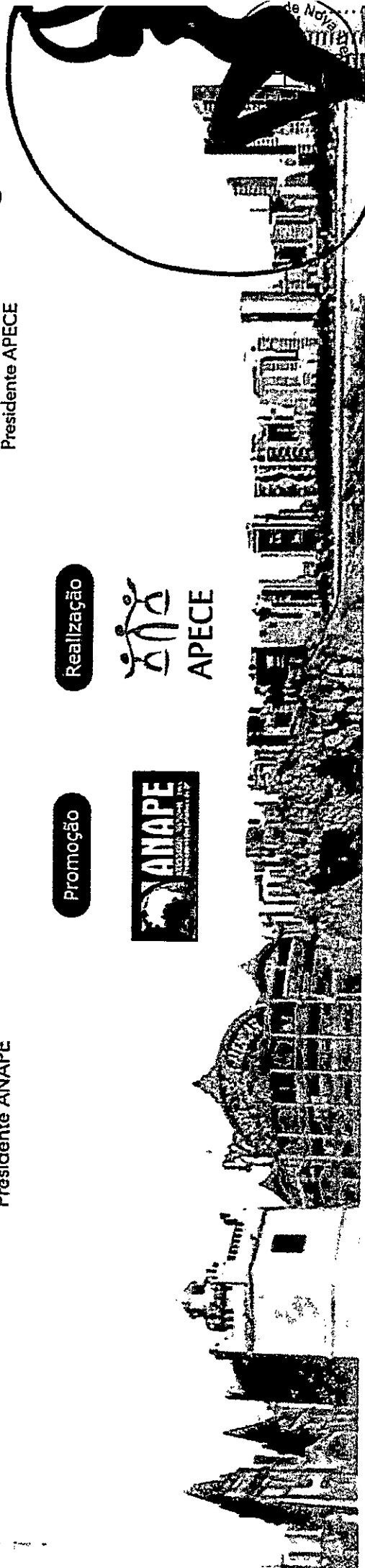

Marcello Tertó e Silva
Presidente ANAPE


Vicente Martins Prata Braga
Presidente APECE

Promoção



Realização



Certificado

O Centro Acadêmico XI de Fevereiro concede o presente certificado a/vo

Prof. Dr. Gustavo Henrique Carneiro Schifano

pela sua inestimável colaboração prestada aos congressistas do XII Congresso Direito UFSC, proferindo a palestra "Acesso à jurisdição arbitral".

Florianópolis - SC, 19 de maio de 2017

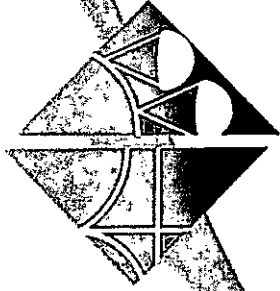
Dr. José Isaac Pilati

Coordenador Científico do
XII Congresso Direito UFSC

Vanessa Bussolo Brand

Coordenadora-geral do
XII Congresso Direito UFSC





XII CONGRESSO
DIREITO UFSC

Certificado

O Centro Acadêmico XI de Fevereiro concede o presente certificado a

Dr. Gustavo Henrique Carvalho Schieffer

pela sua inestimável colaboração como membro da banca avaliadora da
Mostra de Pesquisa do XII Congresso Direito UFSC.

Florianópolis, 18 de maio de 2017

Dr. José Isaac Pilati
Coordenador Científico do XII
Congresso Direito UFSC

Vanessa Bussolo Brand
Coordenadora-geral do XII Congresso
Direito UFSC





CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Santa Catarina

Prof. M... Nova Trento

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que

Prof.º Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

realizou a palestra "As alterações da Instrução Normativa n.º 06/2013/SLTI/MPOG sobre a Instrução Normativa n.º 02/2008/SLTI/MPOG", na sede do Conselho, nos dias 20 e 21 de novembro de 2014, com carga horária de 16h.

Florianópolis, SC, 21 de novembro de 2014.

Eng. Agr. Gilson José Marcinichen Gallotti
Presidente em exercício do CREA-SC



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CENTRO DE ESTUDOS - ESCOLA SUPERIOR



CERTIFICADO

Certificamos que **Gustavo Henrique Carvalho Schiefler**, participou, na condição de expositor no "Workshop de Negociação", promovido pelo Centro de Estudos - Escola Superior em parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União, realizado no dia 28 de novembro de 2016, no Auditório da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, 227 - 3º andar, conforme programação no verso.

São Paulo, em 28 de novembro de 2016.

ELIVAL DA SILVA RAMOS
Procurador Geral do Estado

MARIÂNGELA SARRUBBO FRAGATA
Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos



IASP

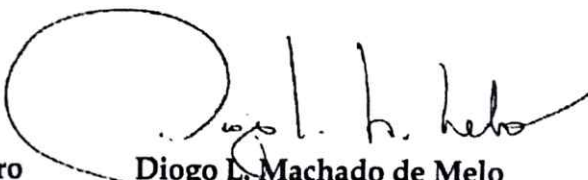
INSTITUTO DOS ADVOGADOS
DE SÃO PAULO

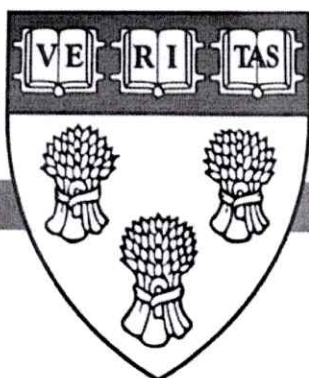
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS para os devidos fins que o **Dr. Gustavo Schiefler** participou, na qualidade de **PRESIDENTE DE MESA**, do Seminário intitulado "O Novo Marco Legal das Empresas Estatais: O que muda com a Lei Federal Nº 13.303/2016", realizado no dia 07 de abril de 2017, na sede do Instituto dos Advogados de São Paulo.

São Paulo, 07 de abril de 2017.


José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro
Presidente


Diogo L. Machado de Melo
Diretor Cultural



CERTIFICATE OF COMPLETION

PROGRAM ON NEGOTIATION AT
HARVARD LAW SCHOOL

HARVARD NEGOTIATION INSTITUTE
Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

HAS SUCCESSFULLY COMPLETED
NEGOTIATION WORKSHOP: STRATEGIES, TOOLS, AND SKILLS FOR SUCCESS
JUNE 8-12, 2015

Robert C. Bordone

Robert C. Bordone
Thaddeus R. Beal Clinical Professor of Law
Director, Harvard Negotiation and Mediation Clinical Program

PROGRAM ON NEGOTIATION
HARVARD LAW SCHOOL



VII COMPETIÇÃO BRASILEIRA DE ARBITRAGEM

Petrônio Muniz

Certificado

Certificamos que Gustavo Henrique Carvalho Schiefler,

inscrito(a) no CPF/MF sob o n. 987746979,

participou na qualidade de árbitro(a) das Rodadas Classificatórias da Fase Oral

da VII COMPETIÇÃO BRASILEIRA DE ARBITRAGEM promovida pela CAMARB - Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil, realizada nos dias 21 a 23 de outubro de 2016, com carga horária de 16 horas/aula.

Porto Alegre, 23 de outubro de 2016.


AUGUSTO TOLENTINO PACHECO DE MEDEIROS
Presidente da CAMARB

 CAMARB | CÂMARA DE ARBITRAGEM
EMPRESARIAL - BRASIL



Número de série: AO-61

VII COMPETIÇÃO
BRASILEIRA DE ARBITRAGEM

Petrônio Muniz

Certificado

Certificamos que Gustavo Henrique Justino de Oliveira,

inscrito(a) no CPF/MF sob o n. 78633419904,

participou na qualidade de árbitro(a) da Fase Escrita

da VII COMPETIÇÃO BRASILEIRA DE ARBITRAGEM promovida pela CAMARB - Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil, realizada nos dias 21 a 23 de outubro de 2016, com carga horária de 16 horas/aula.

Porto Alegre, 23 de outubro de 2016.


AUGUSTO TOLENTINO PACHECO DE MEDEIROS
Presidente da CAMARB

 CAMARB | CAMARA DE ARBITRAGEM
EMPRESARIAL - BRASIL

Número de série: AE-62





São Paulo, 02 de dezembro de 2014.

Senhor Professor:

Na proximidade do encerramento do presente ano, queremos agradecer seu imprescindível apoio, incentivo e boa parceria, peças fundamentais para o sucesso da FUNDAÇÃO ESCOLA ABERTA DO TERCEIRO SETOR.

Graças ao empenho de valorosos colaboradores, de excelentes profissionais, dentre os quais Vossa Senhoria ocupa lugar de destaque e, contando com material pedagógico adequadamente preparado, promovemos cursos gratuitos voltados à melhoria da capacitação profissional em áreas de atuação do Terceiro Setor.

Em 2014, aproximadamente 3900 alunos estiveram inscritos nos cursos que ministramos, número que prevemos será duplicado no próximo ano.

Desejando-lhe um FELIZ NATAL e ÓTIMO ANO NOVO, aproveitamos o ensejo para enviar-lhe um singelo presente, como lembrança de nossa parceria no aprimoramento do Terceiro Setor.

José de Arruda Silveira Filho
Presidente do Conselho Curador

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROFESSOR

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Alameda Lorena, 800 Conjunto 701

01424-001 São Paulo – SP

Rua Barão de Itapetininga, 88 | 1º andar | República | São Paulo SP | CEP 01042 903
Tel: (55) 11 3256 8528 | www.escolaaberta3setor.org.br

Agradecemos sua participação no Zênite Online **“CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO E DAS ESTATAIS E OS IMPACTOS DA COVID-19 – CONTRATOS FORMALIZADOS ANTES DA CRISE E DE ACORDO COM A LEI Nº 13.979/2020 – Compras | SRP | Contratos por demanda | Terceirização e os impactos trabalhistas – Alterações do Projeto de Lei nº 2.139/2020 nos contratos de desembolso – Incluindo as novidades sobre pagamento antecipado previsto na recente MP nº 961/2020”**, realizado de 15 a 18 e 22 e 23 de junho de 2020.

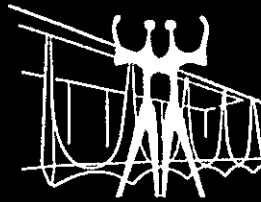
Este material, elaborado em conjunto com a Equipe Zênite, reúne o teor da exposição dos Professores Gustavo Henrique Carvalho Schiefler, Ricardo Alexandre Sampaio e Isis Chamma Doetzer, expressando o entendimento sobre a temática abordada e as questões polêmicas que serão tratadas durante o evento.

Esperamos que o conteúdo aqui exposto e os ensinamentos dos Palestrantes contribuam para seu aperfeiçoamento profissional, bem como para a resolução das dificuldades vividas no exercício de sua atividade.

**ZENITE**

A revisão linguística do conteúdo desta apostila é realizada de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa. As citações doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas são reproduzidas conforme o original. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta apostila sem a permissão expressa da Zênite.

ZÊNITE
 **ONLINE**



A CONTRATAÇÃO PÚBLICA SEM LICITAÇÃO - CABIMENTO, INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE E OS CONTRATOS DECORRENTES

PERÍODO

12 a 14 de fevereiro de 2020

- Carga Horária: 24 horas
- Curso: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h
- *Coffee break* às 10h e 16h
- Almoço às 12h30

PROGRAMAÇÃO

DIAS 12 E 13 DE FEVEREIRO
PROFESSOR: RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

- Responsabilidade dos agentes públicos
- A LINBD e o Decreto nº 9.830/2019
- Principais hipóteses de dispensa
- Inaplicabilidade do regime para as estatais

DIA 14 DE FEVEREIRO
PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE
CARVALHO SCHIEFLER

- Hipóteses de inexigibilidade de licitação
- Contratos decorrentes das
contratações diretas

LOCAL

WINDSOR BRASÍLIA
SHN - Quadra 1 - BL A - Asa Norte • Brasília/DF
Fone: (61) 2195-1900



Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO

60 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

PERÍODO

22 A 24 DE OUTUBRO DE 2018

PROGRAMAÇÃO

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Identificação dos vícios e as consequências no procedimento
- Vícios mais comuns no planejamento da licitação
- Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão
- Vícios mais comuns na fase de execução do contrato

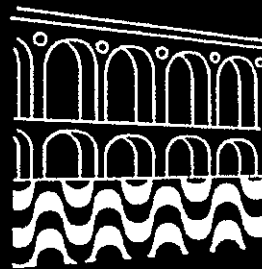
LOCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TCE/PE

Outubro é o mês oficial do
combate ao câncer de mama.
A Zênite abraça essa causa.



OUTUBRO
COMBATE AO CÂNCER DE MAMA



A CONTRATAÇÃO PÚBLICA SEM LICITAÇÃO - CABIMENTO, INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE E OS CONTRATOS DECORRENTES

PERÍODO

14 a 16 de outubro de 2019

- Carga Horária: 24 horas
- Curso: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h
- *Coffee break* às 10h e 16h
- Almoço às 12h30

PROGRAMAÇÃO

DIAS 14 E 15 DE OUTUBRO
PROFESSOR: RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

- Responsabilidade dos agentes públicos - A LINBD e o novo Decreto nº 9.830/2019
- Principais hipóteses de dispensa
- Inaplicabilidade do regime para as estatais

DIA 16 DE OUTUBRO
PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE
CARVALHO SCHIEFLER

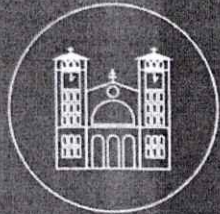
- Hipóteses de inexigibilidade de licitação
- Contratos decorrentes das contratações diretas

LOCAL

Prodigy Hotels & Resorts

Av. Almirante Sílvio de Noronha,
365 • Rio de Janeiro/RJ

Fone: (21) 3478-4100 / 0800-600-8088



SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA PROBLEMAS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS - 60 ERROS COMUNS E COMO EVITÁ-LOS

24 A 26 DE ABRIL DE 2017 • CUIABÁ/MT

PERÍODO

24 A 26 DE ABRIL DE 2017
8h30 às 12h30 e 14h às 18h
Coffee break às 10h e 16h • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

24 E 25 DE ABRIL DE 2017

- Identificação dos vícios e as conseqüências no procedimento
 - Vícios mais comuns no planejamento da licitação
 - Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão
- Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

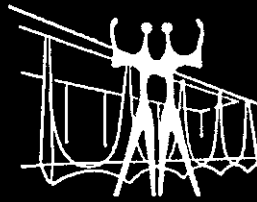
26 DE ABRIL DE 2017

- Vícios mais comuns na fase de execução do contrato
- Joel de Menezes Niebühr

LOCAL

HOTEL DEVILLE PRIME CUIABÁ
Avenida Isaac Póvoas, 1000 - Centro Norte, Cuiabá - MT, 78032-015
Fone: (65) 3319-3000

 ZENITE



60 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

PERÍODO

07 a 09 de outubro de 2019

- Carga Horária: 24 horas
- Curso: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h
- *Coffee break* às 10h e 16h
- Almoço às 12h30

PROGRAMAÇÃO

Dias 07 e 08 de outubro

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Identificação dos vícios e as consequências no procedimento
- Vícios mais comuns no planejamento da licitação
- Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão

Dia 09 de outubro

PROFESSOR: JOEL DE MENEZES NIEBUHR

- Vícios mais comuns na fase de execução do contrato

LOCAL

Windsor Plaza Brasília

SHS - Quadra 5 - BL H - Asa Sul • Brasília/DF

Fone: (61) 3322-4545

**ZENITE**

CURSO *IN COMPANY* COMPARTILHADO
45 QUESTÕES POLÊMICAS E FUNDAMENTAIS
SOBRE AS LICITAÇÕES E OS CONTRATOS DAS
ESTATAIS DE ACORDO COM A
LEI Nº 13.303/2016

PERÍODO 26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

PROGRAMAÇÃO

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

QUESTÕES POLÊMICAS PARA A INTERPRETAÇÃO
E APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.303/2016 E A
DISCIPLINA DO REGULAMENTO

ADECE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO CEARÁ

ZPE - ZONA DE PROCESSAMENTO
DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ

CODECE - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

METROFOR - COMPANHIA CEARENSE DE
TRANSPORTES METROPOLITANOS

LOCAL

CAGECE - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE
PESQUISA AGROPECUÁRIA - SOBRAL

COGERH - COMPANHIA DE GESTÃO
DOS RECURSOS HÍDRICOS

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE
PESQUISA AGROPECUÁRIA - FORTALEZA



OS GRANDES PROBLEMAS ENFRENTADOS NO JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES – COMO EVITAR, COMO SOLUCIONAR E AS ORIENTAÇÕES DO TCU

11 A 13 DE ABRIL DE 2016 • BELO HORIZONTE/MG

PERÍODO

11 A 13 DE
ABRIL DE 2016

8h30 às 12h30 e 14h às 18h

Coffee break às 10h e 16h • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

11 E 12 DE ABRIL
DE 2016

- Divisão do objeto em itens e lotes, empreitadas por preços unitário e global, jogo de planilhas – Decisões do planejamento que impactam no julgamento e no contrato
- Saneamento de vícios da proposta e dos documentos de habilitação
- Julgamento do recurso no pregão

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

13 DE ABRIL
DE 2016

- O regime das microempresas de acordo com a LC nº 147/14 e o novo Decreto nº 8.538/15 – Impactos no planejamento e no julgamento das contratações

Ricardo Alexandre Sampaio

LOCAL

Mercure
HOTELS

MERCURE BELO HORIZONTE LOURDES • (31) 3298-4100
Avenida do Contorno, 7315 - Lourdes, Belo Horizonte - MG

ZENITE



Escola Superior do Ministério Público
Avenida dos Holandeses, s/n, ed Metropolitan
Place, Calhau.

Luiz Gonzaga Martins Coelho

APRESENTAÇÃO (98) 32191601

+Luiz (98) 991512188

Agradecemos sua presença no Curso *in Company* "**Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública - Melhores práticas para uma atuação eficiente do fiscal e do gestor**", realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, em São Luís/MA.

Este material reúne o conteúdo da exposição do Professor Gustavo Henrique Carvalho Schiefler, expressando o entendimento sobre a temática abordada e as questões polêmicas que serão tratadas durante o evento.

Fis Luis Gestor, jurídico, controle interno, CPL

Esperamos que o conteúdo aqui exposto e os ensinamentos do Palestrante contribuam para seu aperfeiçoamento profissional, bem como para a resolução das dificuldades vividas no exercício de sua atividade.

procedido
equipe
apostila

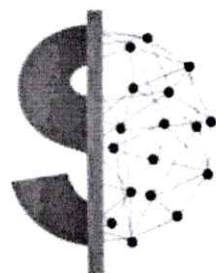


Diretoria de Capacitação e Aperfeiçoamento



45 QUESTÕES POLÊMICAS E FUNDAMENTAIS SOBRE AS LICITAÇÕES E OS CONTRATOS DAS ESTATAIS DE ACORDO COM A LEI Nº 13.303/2016

PERÍODO	03, 04 E 06 DE DEZEMBRO
PROGRAMAÇÃO	DIAS 03 E 04 DE DEZEMBRO PROFESSOR: JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS Questões polêmicas para a interpretação e aplicação da Lei nº 13.303/2016 e a disciplina do regulamento
	DIA: 06 DE DEZEMBRO PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER Questões polêmicas para a interpretação e aplicação da Lei nº 13.303/2016 e a disciplina do regulamento
LOCAL	INSTITUTO VITAL BRAZIL - IVB NITERÓI/RJ



CONGRESSO BRASILEIRO
DE BOAS PRÁTICAS EM

CONTRATOS E COMPRAS PÚBLICAS

3 A 6 DE SETEMBRO DE 2018

BONITO/MS

OFICINA: VÍCIOS NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER



TRT // 24ª
REGIÃO
A SERVIÇO DA JUSTIÇA E DO CIDADÃO

MPF Procuradoria
da República
Ministério Público Federal

ACÓRDÃOS DO TCU QUE DEVEM SER CONHECIDOS E COMPREENDIDOS POR QUEM ATUA NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS

PERÍODO

28 A 30 DE AGOSTO DE 2017

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

28 E 29 DE
AGOSTO DE 2017

- Acórdãos relacionados com responsabilidade dos agentes públicos nos processos de contratação pública
- Acórdãos relacionados com a fase de planejamento da licitação
- Acórdãos relacionados com a fase externa e de julgamento do pregão
- Acórdãos relacionados com a terceirização de serviços contínuos com alocação exclusiva de mão de obra
- Acórdãos relacionados com a fase de execução do contrato

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

30 DE
AGOSTO DE 2017

- Acórdãos relacionados com a fase de execução do contrato

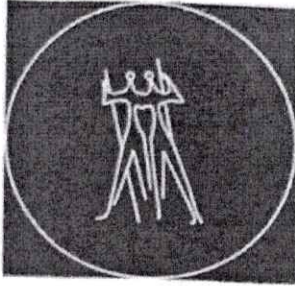
Rodrigo Vissotto Junkes

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

TRE/MS

TRT 24ª REGIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO / PROCURADORIA DA REPÚBLICA



CASOS PRÁTICOS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA - PRINCIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

16 A 18 DE AGOSTO DE 2017 • BRASÍLIA/DF

PERÍODO

16 A 18 DE
AGOSTO DE 2017

8h30 às 12h30 e 13h30 às 15h30
Coffee break às 10h e 15h45 • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

16 A 18 DE
AGOSTO DE 2017

CASOS PRÁTICOS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA - PRINCIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Trabalhos em grupo e resolução de situações práticas e aplicadas

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Suzana Rossetti

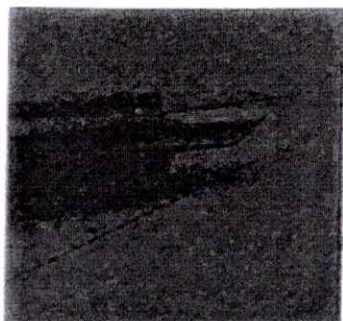
LOCAL

WINDSOR PLAZA BRASÍLIA

SHS - Quadra 5 - BL H - Asa Sul - Brasília/DF

Fone: (61) 3322-4545 - 2195-1900





ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

9 A 11 DE MARÇO DE 2016 • RIO DE JANEIRO/RJ

PERÍODO

9 A 11 DE
MARÇO DE 2016

8h30 às 12h30 e 14h às 18h
Coffee break às 10h e 16h • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas (16 horas)

PROGRAMAÇÃO

9 E 10 DE
MARÇO DE 2016

- Alteração do objeto/projeto – Acréscimos, supressões e alterações qualitativas
- Alteração de prazo – Prorrogação dos prazos de execução e de vigência
- Formalização da alteração – Aditivo ao termo de contrato

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

11 DE MARÇO
DE 2016

Alteração do valor – Reajuste, repactuação e revisão
Ricardo Alexandre Sampaio

LOCAL

PRODIGY ✨
HOTELS & RESORTS

PRODIGY HOTELS & RESORTS • (21) 3478-4100 • 0800-600-8088
Avenida Almirante Silvio de Noronha, 365
Rio de Janeiro/RJ

ZENITE



LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA – COMO OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O JUDICIÁRIO INTERPRETAM E ORIENTAM OS AGENTES NA SOLUÇÃO DOS GRANDES PROBLEMAS

De acordo com o TCU e os tribunais superiores

Planejamento – Julgamento da licitação e saneamento – Responsabilidade dos agentes – Dispensa e inexigibilidade

PERÍODO

03 A 05 DE DEZEMBRO DE 2018

- Carga Horária: 24 horas
- Curso: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h
- *Coffee break* às 10h e 16h
- Almoço às 12h30

PROGRAMAÇÃO

DIAS 03 E 04

PROFESSOR: RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

- Acórdãos relacionados com as decisões do planejamento
- Acórdãos relacionados com o julgamento da licitação e saneamento

DIA 05

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Acórdãos relacionados com a responsabilidade dos agentes públicos
- Acórdãos relacionados com dispensa e inexigibilidade de licitação

LOCAL

WINDSOR PLAZA BRASÍLIA

SHS - Quadra 5 - BL H - Asa Sul • Brasília/DF

Fone: (61) 3322-4545

18 e 19 de maio de 2015

RECIFE / PE

SEMINÁRIO NACIONAL
**QUESTÕES APLICADAS
E RELEVANTES SOBRE
CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**ZENITE**

INFORMAÇÃO PARA DECISÕES MAIS SEGURAS

60 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER

7 A 9 DE NOVEMBRO DE 2016 • BELO HORIZONTE/MG

PERÍODO

7 A 9 DE
NOVEMBRO DE 2016

8h30 às 12h30 e 14h às 18h

Coffee break às 10h e 16h • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

7 E 8 DE
NOVEMBRO DE 2016

- Identificação dos vícios e as consequências no procedimento
- Vícios mais comuns no planejamento da licitação
- Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

9 DE NOVEMBRO
DE 2016

- Vícios mais comuns na fase de execução do contrato

Joel de Menezes Niebuhr

LOCAL



RADISSON BLU BELO HORIZONTE • (31) 3048-4250
Rua Lavras, 150 – Savassi – Belo Horizonte/MG

ZENITE

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

- Análise de legalidade dos processos de contratação pública e das parcerias com transferência voluntária de recursos
- O que deve ser verificado pela assessoria jurídica na elaboração de pareceres e manifestações

PERÍODO 7, 8 E 11 DE JUNHO DE 2018

PROGRAMAÇÃO

DIAS 7 E 8 DE JUNHO
PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER
Atuação da assessoria jurídica nos processos de contratação pública

DIA 11 DE JUNHO
PROFESSOR: JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS
Análise de legalidade, juridicidade e mérito do ato administrativo

LOCAL FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG

Seminário – Licitações e Contratos: Inovações legislativas e temas polêmicos a luz de entendimentos dos Tribunais de Contas – Brasília, 3 a 5 de junho de 2014

Instrutores

3 e 4 de junho

Gustavo Henrique de Carvalho Schiefler - Doutorando em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde desenvolveu pesquisa na área de direito administrativo. Advogado em Menezes Niebuhr Advogados Associados, membro do núcleo de Licitação e Contrato Administrativo. Secretário-adjunto da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/SC. Professor de cursos de capacitação em licitação pública e contrato administrativo. Consultor em sistemas de Direito e Tecnologia. Autor de artigos científicos publicados em revistas especializadas.

5 de junho

Gabriela Verona Pércio - Advogada, mestre em Gestão de Políticas Públicas, especialista em Direito Administrativo. Sócia da GVP Parcerias Governamentais. Autora do livro "Contratos Administrativos sob a Ótica da Gestão e da Fiscalização" e de diversos artigos publicados em revistas especializadas. Consultora em licitações e contratos desde 1998. Atua desde 2004 como instrutora de cursos, treinamentos e seminários em âmbito nacional. Coordenadora científica do "1º Congresso Brasileiro de Autoridades Superiores e Ordenadores de Despesas".

O QUE MUDA NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DE ACORDO COM LEI Nº 13.303/2016

PERÍODO

26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2018

PROGRAMAÇÃO

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Vigência da Lei nº 13.303/2016 e orientações para a aplicação do novo regime jurídico
- Contratação direta – Dispensa e de inexigibilidade
- Planejamento e processamento da licitação
- Contratação de obras e serviços
- Aquisição de bens e os procedimentos auxiliares da licitação
- Execução e fiscalização dos contratos e aplicação de sanções administrativas

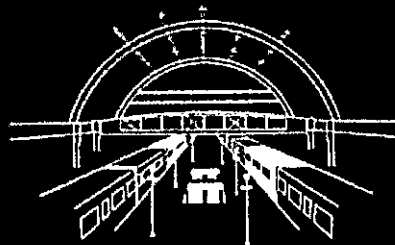
LOCAL

EMUSA - EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA
URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO

Local: Niterói/RJ

Novembro é o mês oficial do
combate ao câncer de próstata.
A Zênite apoia essa causa.





60 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

PERÍODO

17 a 19 de fevereiro de 2020

- Carga Horária: 24 horas
- Curso: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h
- *Coffee break* às 10h e 16h
- Almoço às 12h30

PROGRAMAÇÃO

Dias 17 e 18 de fevereiro

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Identificação dos vícios e as consequências no procedimento
- Vícios mais comuns no planejamento da licitação
- Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão

Dia 19 de fevereiro

PROFESSOR: JOEL DE MENEZES NIEBUHR

- Vícios mais comuns na fase de execução do contrato

LOCAL

MATSUBARA HOTEL

Rua Coronel Oscar Porto, 836 - Paraíso • São Paulo/SP

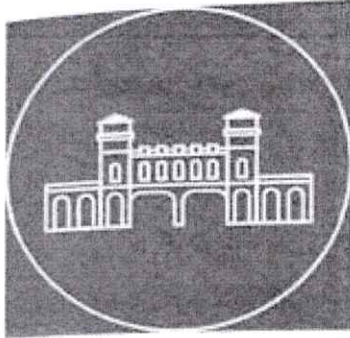
Fone: (11) 3561-5000

**ZENITE**



O QUE MUDA NAS LICITAÇÕES E NOS
CONTRATOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DE ACORDO
COM LEI Nº 13.303/2016

PERÍODO	23 A 25 DE ABRIL DE 2018
PROGRAMAÇÃO	<p>DIA 23 DE ABRIL PROFESSOR: RODRIGO VISSOTTO JUNKES</p> <p>A celeuma sobre a vigência da Lei nº 13.303/2016 e as orientações para a aplicação desse regime jurídico</p> <p>As novidades na contratação de obras e serviços</p> <p>As novidades na aquisição de bens e nos procedimentos auxiliares da licitação</p> <p>DIAS 24 E 25 DE ABRIL PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER</p> <p>As novidades nas hipóteses de dispensa e de inexigibilidade</p> <p>As novidades no planejamento e no processamento da licitação</p> <p>As novidades nos contratos e na aplicação de sanções administrativas</p>
LOCAL	<p>COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO – CESAN</p> <p>Local: VITÓRIA/ES</p>



60 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS - COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

4 A 6 DE OUTUBRO DE 2017 • FLORIANÓPOLIS/SC

PERÍODO

4 A 6 DE
OUTUBRO DE 2017

8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30

Coffee break às 10h e 15h45 • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

4 E 5 DE OUTUBRO
DE 2017

- Identificação dos vícios e as consequências no procedimento
- Vícios mais comuns no planejamento da licitação
- Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

6 DE OUTUBRO
DE 2017

- Vícios mais comuns na fase de execução do contrato
- Joel de Menezes Niebuhr**

LOCAL

HOTEL MERCURE ITACORUBI

Rua Admar Gonzaga, 600 - Itacorubi, Florianópolis - SC, 88034-000

Fone: (48) 3231-1700



SEMGE Secretaria Municipal de Gestão

AS CONTRATAÇÕES DAS EMPRESAS ESTATAIS – COMO ENTENDER E APLICAR O NOVO REGIME DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA LEI Nº 13.303/2016

PERÍODO

29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2018

PROGRAMAÇÃO

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Vigência da Lei nº 13.303/2016 e orientações para a aplicação do novo regime jurídico
- Contratação direta – Dispensa e de inexigibilidade
- Planejamento e processamento da licitação
- Contratação de obras e serviços
- Aquisição de bens e os procedimentos auxiliares da licitação
- Execução e fiscalização dos contratos e aplicação de sanções administrativas

LOCAL

SEMGE – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
Salvador/BA

Novembro é o mês oficial do
combate ao câncer de próstata.
A Zênite apoia essa causa.





LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA – COMO OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O JUDICIÁRIO INTERPRETAM E ORIENTAM OS AGENTES NA SOLUÇÃO DOS GRANDES PROBLEMAS

De acordo com o TCU e os tribunais superiores

Planejamento – Julgamento da licitação e saneamento – Responsabilidade dos agentes – Dispensa e inexigibilidade

PERÍODO

03 A 05 DE DEZEMBRO DE 2018

- Carga Horária: 24 horas
- Curso: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h
- *Coffee break* às 10h e 16h
- Almoço às 12h30

PROGRAMAÇÃO

DIAS 03 E 04

PROFESSOR: RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

- Acórdãos relacionados com as decisões do planejamento
- Acórdãos relacionados com o julgamento da licitação e saneamento

DIA 05

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Acórdãos relacionados com a responsabilidade dos agentes públicos
- Acórdãos relacionados com dispensa e inexigibilidade de licitação

LOCAL

WINDSOR PLAZA BRASÍLIA

SHS - Quadra 5 - BL H - Asa Sul • Brasília/DF

Fone: (61) 3322-4545



45 GRANDES PROBLEMAS ENFRENTADOS NO PLANEJAMENTO E JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES E NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS CONTRATOS – COMO EVITAR, COMO SOLUCIONAR E AS ORIENTAÇÕES DO TCU

24 A 26 DE OUTUBRO DE 2016 • CAMPO GRANDE/MS

PERÍODO

24 A 26 DE OUTUBRO DE 2016

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

24 DE OUTUBRO DE
2016

Divisão do objeto em itens e lotes, empreitadas por preços unitário e global, SRP, ME/EPP, pesquisa de preços e jogo de planilhas – Decisões do planejamento e seus impactos no julgamento e no contrato

Saneamento de vícios da proposta e dos documentos de habilitação – Decisões no julgamento

Rodrigo Vissotto Junkes

25 E 26 DE
OUTUBRO DE 2016

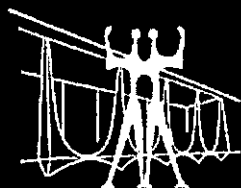
Fiscalização do contrato, garantia, prorrogação de prazo, alterações do objeto, revisão, reajuste e repactuação – Decisões na fiscalização e gestão do contrato

Renegociação de contratos em tempos de crise e de contingenciamento orçamentário – Decisões na gestão do contrato

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

LOCAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



60 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

PERÍODO

07 a 09 de março de 2018

- Carga Horária: 24 horas
- Curso: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h
- *Coffee break* às 10h e 16h
- Almoço às 12h30

PROGRAMAÇÃO

Dias 07 e 08 de março

Professor: Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

- IDENTIFICAÇÃO DOS VÍCIOS E AS CONSEQUÊNCIAS NO PROCEDIMENTO
- VÍCIOS MAIS COMUNS NO PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO
- VÍCIOS MAIS COMUNS NA FASE EXTERNA E NO JULGAMENTO DO PREGÃO

Dia 09 de março

Professor: Joel de Menezes Niebuhr

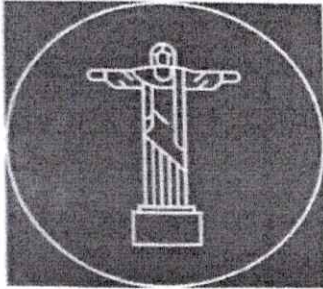
- VÍCIOS MAIS COMUNS NA FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

LOCAL

WINDSOR PLAZA BRASÍLIA

SHS - Quadra 5 - BL H - Asa Sul • Brasília/DF

Fone: (61) 3322-4545 - 2195-1900



60 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS - COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

26 A 28 DE JULHO DE 2017 • RIO DE JANEIRO/RJ

PERÍODO

26 A 28 DE
JULHO DE 2017

8h30 às 12h30 e 13h30 às 17h30

Coffee break às 10h e 15h45 • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

26 DE JULHO
DE 2017

- Identificação dos vícios e as consequências no procedimento

- Vícios mais comuns na fase de execução do contrato

Joel de Menezes Niebuhr

- Vícios mais comuns no planejamento da licitação

27 E 28 DE JULHO
DE 2017

- Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

LOCAL

PRODIGY HOTELS & RESORTS

Av. Almirante Sílvio de Noronha, 365 - Rio de Janeiro/RJ

Fone: (21) 3478-4100 / 0800-600-8088

ZENITE



80 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER

10 A 12 DE MAIO DE 2016 • FORTALEZA/CE

PERÍODO

10 A 12 DE
MAIO DE 2016

8h30 às 12h30 e 14h às 18h
Coffee break às 10h e 16h • Almoço às 12h30

CARGA HORÁRIA

24 horas

PROGRAMAÇÃO

10 E 11 DE
MAIO DE 2016

- Identificação dos vícios e as consequências no procedimento
- Vícios mais comuns no planejamento da licitação
- Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

12 DE MAIO
DE 2016

- Vícios mais comuns na formalização e na execução do contrato

Joel de Menezes Niebuhr

LOCAL



HOTEL LUZEIRO – (85) 4006-8585
Avenida Beira Mar, 2600 – Bairro Meireles
Fortaleza/CE

ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Melhores práticas para alterações do objeto, prazo e valor nos
contratos de serviços, obras, compras e registro de preços

PERÍODO 31 DE JULHO, 1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018

PROGRAMAÇÃO

DIAS 31 DE JULHO E 1º DE AGOSTO

PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

- Alteração do objeto/projeto – Acréscimos, supressões e alterações qualitativas
- Alteração de prazo – Prorrogação dos prazos de execução e de vigência
- Formalização da alteração – Aditivo ao termo de contrato

DIAS 02 E 03 DE AGOSTO

PROFESSOR: RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

- Alteração do valor – Reajuste, repactuação e revisão

LOCAL

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Melhores práticas para alterações do objeto, prazo e valor nos contratos de serviços, obras, compras e registro de preços

PERÍODO	31 DE JULHO, 1, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2018
PROGRAMAÇÃO	DIAS 31 DE JULHO E 1º DE AGOSTO PROFESSOR: GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER
	<ul style="list-style-type: none">• Alteração do objeto/projeto – Acréscimos, supressões e alterações qualitativas• Alteração de prazo – Prorrogação dos prazos de execução e de vigência• Formalização da alteração – Aditivo ao termo de contrato
	DIAS 02 E 03 DE AGOSTO PROFESSOR: RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO
	<ul style="list-style-type: none">• Alteração do valor – Reajuste, repactuação e revisão
LOCAL	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que **Gustavo Henrique Carvalho Schiefler** atua nos cursos de capacitação promovidos pela **Zênite Informação e Consultoria S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001/15, tendo ministrado nos últimos cinco anos 35 cursos (abertos e fechados), conforme relacionado em anexo.

Destaca-se que os cursos versam sobre licitações públicas e contratos e são direcionados para a Administração direta e indireta de esfera: Federal, Estadual e/ou Municipal, cujo público-alvo são especialmente agentes públicos envolvidos na condução das contratações públicas (como pregoeiros e equipe de apoio, membros do departamento de compras, fiscais e gestores de contratos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais dos controles interno e externo) com formação em nível médio e/ou superior.

Declara ainda que ao ministrar o referido curso o prof. Gustavo Henrique Carvalho Schiefler, cumpriu todas as condições necessárias para o exercício de tal atividade, evidenciando sua plena capacidade técnica

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Curitiba, 24 de junho de 2020.



Anadricea Vieira Vicente de Almeida
Vice-Presidente Executiva

RELAÇÃO DE CURSOS MINISTRADOS – 2015 A 2020

1. Seminário Nacional “Alterações e Aditivos aos contratos administrativos” realizado de 09 a 11 de março de 2016, no Rio de Janeiro-RJ (atuação em 16 horas)
2. Seminário Nacional “Os Grandes problemas enfrentados no julgamento das licitações – Como evitar, como solucionar e as orientações do TCU” – realizado de 11 a 13 de abril, em Belo Horizonte-MG (atuação em 16 horas)
3. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 10 a 12 de maio de 2016, em Fortaleza. (atuação em 16 horas)
4. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 07 a 09 de novembro de 2016, em Belo Horizonte-MG. (atuação em 16 horas)
5. Seminário Nacional “Soluções práticas para problemas das licitações e contratos – 60 erros comuns e como evitá-los” – realizado de 24 a 26 de abril de 2017, em Cuiabá-MT ((atuação em 16 horas)
6. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 26 a 28 de julho de 2017, no Rio de Janeiro-RJ (atuação em 16 horas)
7. Seminário Nacional “casos práticos sobre contratação direta – principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação” – realizado de 16 a 18 de agosto de 2017, em Brasília-DF (atuação em 24 horas)
8. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 04 a 06 de outubro de 2017, em Florianópolis-DF. (atuação em 16 horas)
9. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 07 a 09 de

março de 2018, em Brasília-DF (atuação em 16 horas)

10. Seminário Nacional “Estudo de casos sobre contratação direta - Principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação” – realizado de 14 a 16 de março de 2018, em São Paulo-SP (atuação em 16 horas)
11. Encontro das Estatais – O Novo Regime de Contratação das Estatais – realizado de 16 a 18 de maio de 2017, em Brasília-DF, atuação em 08 horas.
12. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 20 a 22 de agosto de 2018, em Maceio-AL. (atuação em 16 horas)
13. Seminário Nacional “Licitação e Contratação direta – Como os tribunais de contas e o judiciário inyerpretam e oeintam os agentes na solução dos grandes problemas” – realizado de 03 a 05 de dezembro de 2018, em Brasília-DF. (atuação em 8 horas)
14. Seminário Nacional “50 acórdãos do TCU e Tribunais Superiores que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos” – realizado de 15 a 17 de abril de 2019, no Rio de Janeiro-RJ (atuação em 16 horas)
15. Encontro Nacional das Estatais – realziado de 13 a 15 de agosto de 2019, em Brasília-DF (atuação em 08 horas)
16. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 25 a 27 de junho de 2019, no Rio de Janeiro-RJ (atuação em 16 horas)
17. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 07 a 09 de outubro de 2019, em Brasília-DF. (atuação em 16 horas)
18. Seminário Nacional “A contratação pública sem licitação – cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade de os contratos decorrentes” – realizado de 14 a 16 de outubro de 2019, no Rio de Jenairo-RJ (atuação em 08 horas)

19. Seminário Nacional “A contratação pública sem licitação – cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes” – realizado de 12 a 14 de fevereiro de 2020, em São Paulo-SP (atuação em 08 horas)
20. Seminário Nacional “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 17 a 19 de fevereiro de 2020, em São Paulo. (atuação em 16 horas)
21. Curso In Company “Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública – Melhores Práticas para uma atuação eficiente do fiscal e do gestor” - realizado em 10 e 11 de setembro de 2015 para a Procuradoria Geral do Maranhão, em São Luiz-MA (atuação em 16 horas)
22. Curso In Company “45 grandes problemas enfrentados no planejamento e julgamento das licitações e na fiscalização dos contratos” – realizado de 24 a 26 de outubro de 2016, para o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande-MS (atuação em 16 horas)
23. Curso In Company “Acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e contratos” – realizado de 28 a 30 de agosto de 2017, para o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande-MS (atuação em 16 horas)
24. Curso In Company “O que muda nas licitações e nos contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei 13.303/2016” – realizado nos dias 23 a 25 de abril de 2018, para a CESAN, em Vitória-ES (atuação em 16 horas)
25. Curso In Company “Licitações, contrato e convênios”, realizado nos dias 07, 08 e 11 de junho de 2018, para a FHEMIG, em Belo Horizonte (atuação em 16 horas)
26. Curso In Company “Aspectos destacados contratos administrativos – Alterações e aditivos aos contratos administrativos” – realizado de 23, 24, 30

- e 31 de julho de 2018, para o Ministério Público de Santa Catarina, em Florianópolis-SC (atuação em 16 horas)
27. Curso In Company “Alterações e aditivos aos contratos administrativos” – realizado de 31 a 03 de agosto de 2018, para a Procuradoria Geral de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG (atuação em 16 horas)
 28. Curso In Company “45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e os contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016” – realizado de 26 a 28 de setembro de 2018, em Fortaleza-CE (atuação em 24 horas)
 29. Curso In Company “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 22 a 24 de outubro de 2018, para o TCE-Pe, em Recife-PE. (atuação em 24 horas)
 30. Curso In Company “O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei nº 13.303/2016” – realizado de 26 e 27 de novembro de 2018, para a EMSUSA, em Niterói-RJ (atuação em 16 horas)
 31. Curso In Company “As contratações das empresas estatais – como entender e aplicar o novo regime de licitações e contratos de acordo com a Lei 13.303/2016” – realizado de 29 a 30 de novembro de 2018, para a SEMGE, em Salvador-BA (atuação em 16 horas)
 32. Curso In Company “45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016” – realizado de 03, 04 e 06 de dezembro de 2018, para a IVB, em Niterói-RJ (atuação em 08 horas)
 33. Curso In Company “Alterações e aditivos aos contratos administrativos” – realizado de 25 a 27 de junho de 2019, para o TCM-RJ, no Rio de Janeiro-RJ (atuação em 08 horas)
 34. Curso In Company “60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 12 a 14 de agosto de 2019, para o STF, em Brasília-DF (atuação em 16 horas)

35. Curso In Company “Temas polêmicos e relevantes da contratação pública” – realizado de 22 a 24 de agosto de 2019, para o ICFEX, em Fortaleza-CE (atuação em 08 horas)

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que **Eduardo André Carvalho Schiefler**, CPF **009.875.289-80**, ministrou o **Curso Nova Lei de Licitações: aspectos das licitações e da fiscalização e gestão dos contratos**, oferecido pela Fundação Escola de Governo – ENA, no período de **23 de agosto a 01 de setembro de 2022**.

Florianópolis, data da assinatura eletrônica.

Alex Fabiano Wehrle
Diretor Técnico Científico ENA
(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **4UQM6T69**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALEX FABIANO WEHRLE (CPF: 043.XXX.779-XX) em 15/09/2023 às 16:55:58

Emitido por: "SGP-e", emitido em 31/01/2023 - 14:55:14 e válido até 31/01/2123 - 14:55:14.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/RU5BXzgyMjdfMDAwMDA1MzdfNTQzXzlwMjNfNFVVRTTZUNjk=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **ENA 0000537/2023** e o código **4UQM6T69** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

PLANO DE ENSINO

SECRETARIA ACADÊMICA

I. CURSO

Curso sobre a Nova Lei de Licitações: aspectos das licitações e da fiscalização e gestão dos contratos

II. IDENTIFICAÇÃO DO MÓDULO

NOME

Curso sobre a Nova Lei de Licitações: aspectos das licitações e da fiscalização e gestão dos contratos

DURAÇÃO-HORÁRIA

16 horas

PROFESSOR

Eduardo André Carvalho Schiefler

MODO

Presencial

III. EMENTA

Este curso visa à abordagem da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, editada para substituir o regime de contratações públicas liderado pela Lei nº 8.666/1993. Durante a sua realização, serão abordados os principais temas do novo regime jurídico de licitações e contratos administrativos, inaugurado pela Lei nº 14.133/2021, para fins de compreendê-lo e, assim, também compreender as práticas de fiscalização e gestão dos contratos administrativos. Para tanto, o curso enfrentará as seguintes temáticas: 1) Conceituação, inovações e desafios contextuais da Lei nº 14.133/2021; 2) Vigência, período de convivência e ultratividade do regime revogado; 3) Princípios orientadores nas contratações públicas; 4) Meios de promoção de políticas públicas; 5) Fase preparatória da contratação; 6) Dispensa e Inexigibilidade de Licitações; 7) Instrumentos auxiliares nas licitações; 8) Modalidades na Nova Lei de Licitações; 9) Aspectos destacados sobre os contratos administrativos; 10) Controle das contratações; 11) Aspectos destacados sobre a responsabilização dos agentes públicos; 12) Verificação de documentos e certificação para fins de pagamento (SEFIP, CNDs etc); 13) Observância do edital para fins de fiscalização (Livro Diário); 14) Penalização de empresas contratadas por descumprimento contratual - Obrigação/Processo Administrativo; e 15) Responsabilidade Solidária na falta de fiscalização de Contratos.

DOCENTE

IV. OBJETIVOS

GERAL

- Compreender o novo regime jurídico de licitações e contratos administrativos, inaugurado pela Lei nº 14.133/2021;
- Identificar os desafios inerentes à Nova Lei de Licitações;
- Identificar as inovações trazidas pela Nova Lei de Licitações, com impacto na atuação prática.

ESPECÍFICOS

- Compreender o processo de contratação pública (licitação ou contratação direta), desde a etapa de planejamento até a execução contratual, de forma sistemática e relacionada;
- Compreender as prioridades eleitas pela Nova Lei de Licitações para os processos de contratação pública regidas por ela;
- Identificar as inovações trazidas pela Nova Lei de Licitações para as atividades de controle;
- Abordar as nuances sobre fiscalização e gestão dos contratos administrativos, levando-se em conta a Portaria nº 030/2022 da FAPESC.

V. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceituação, inovações e desafios contextuais da Lei nº 14.133/2021;
- Vigência, período de convivência e ultratividade do regime revogado;
- Princípios orientadores nas contratações públicas;
- Meios de promoção de políticas públicas;
- Fase preparatória da contratação;
- Dispensa e Inexigibilidade de Licitações;
- Instrumentos auxiliares nas licitações;
- Modalidades na Nova Lei de Licitações;
- Aspectos destacados sobre os contratos administrativos;
- Controle das contratações;
- Aspectos destacados sobre a responsabilização dos agentes públicos;
- Verificação de documentos e certificação para fins de pagamento (SEFIP, CNDs etc);
- Observância do edital para fins de fiscalização (Livro Diário);
- Penalização de empresas contratadas por descumprimento contratual - Obrigação/Processo Administrativo;
- Responsabilidade Solidária na falta de fiscalização de Contratos.

VI. METODOLOGIA

O curso será ministrado presencialmente a partir de apresentação em slides, com a disponibilização do material aos participantes. A discussão será livre e aberta aos participantes, que poderão compartilhar experiências e situações práticas para incrementar o conteúdo da exposição.

MATERIAL DIDÁTICO NECESSÁRIO

NOTA EXPLICATIVA:

Caso o professor necessite de material específico para ministrar a disciplina deverá informar neste campo.

A ENA disponibiliza em sala de aula computador *desktop*, acesso à Internet *wireless*, projetor, caixa de som, quadro branco, pincel atômico em diferentes cores, *passa slide* com *laser pointer*, bloco de anotações e caneta esferográfica.

VII. ATIVIDADES EXTRACLASSE

NOTA EXPLICATIVA:

Neste campo o professor pode especificar as atividades a serem realizadas pelo aluno fora de sala de aula, trazendo a proposta da "sala de aula invertida", a fim de prover aulas presenciais mais participativas. O não preenchimento deste campo não impede a proposição de atividades extraclasse no decorrer da disciplina.

VIII. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

WIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

COMPLEMENTAR

SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho. Controle das Compras Públicas, Inovação Tecnológica e Inteligência Artificial: o paradigma da administração pública digital e os sistemas inteligentes na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2021.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Procedimento de manifestação de interesse (PMI). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SCHIEFLER, Gustavo; HELLMANN, Lucas. O que mudou com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): as novas regras de licitação. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022. Disponível em: <https://schiefler.adv.br/mudancas-na-nova-lei-de-licitacoes/>. Acesso em: 22 ago. 2022

MILITZ, Eduarda; HELLMANN, Lucas. Como funciona a etapa preparatória de uma licitação pública: estudos preliminares. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022. Disponível em: <https://schiefler.adv.br/como-funciona-a-etapa-preparatoria-de-uma-licitacao-publica-estudos-preliminares/>. Acesso em: 22 ago. 2022

GAMBA, Giovanna; SCHIEFLER, Gustavo. Regra de ouro das licitações públicas: compreendendo a essência de qualquer certame. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022. Disponível em: <https://schiefler.adv.br/regra-de-ouro-das-licitacoes-publicas/>. Acesso em: 22 ago. 2022

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que o **GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER**, CPF 009.877.469-79, atua como instrutor da **Zênite Informação e Consultoria S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001/15, tendo ministrado nos anos de 2015 até a presente data os cursos abaixo relacionados:

- ✓ Seminário Nacional “Questões aplicadas e relevantes sobre contratação pública” – realizado em 18 e 19 de maio de 2015, em Recife (PE), com carga horária total de 16 horas, tendo atuado 2 horas.
- ✓ Curso In Company “Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública – melhores práticas para uma atuação eficiente do fiscal e do gestor” – realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, em São Luiz/MA (PG-MA), com carga horária de 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “Alterações e aditivos aos contratos administrativos” – realizado de 09 a 11 de março de 2016, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “Os grandes problemas enfrentados no julgamento das licitações – Como evitar, como solcionar e as orientações do TCU” – realizado de 11 a 13 de abril de 2016, em Belo Horizonte (MG), com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “80 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 10 a 12 de maio de 2016, em Fortaleza/CE, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Curso In Company “45 grandes problemas enfrentados no planejamento e julgamento das licitações e na fiscalização e gestão dos contratos – Como

evitar, como solucionar e as orientações do TCU” – realizado de 24 a 26 de outubro de 2016, em Campo Grande/MS (TJMS), com carga horária de 24 horas, tendo atuado 16 horas.

- ✓ Seminário Nacional “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 07 a 09 de novembro de 2016, em Belo Horizonte/MG, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas
- ✓ Seminário Nacional “Soluções práticas para problemas das licitações e contratos – 60 erros comuns e como evitá-los” – realizado de 24 a 26 de abril de 2017, em Cuiabá-MT, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 26 a 28 de julho de 2017, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “Casos práticos sobre contratação direta – principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação” – realizado de 16 a 18 de agosto de 2017, em Brasília/DF, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Curso in company “Acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos”. Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE/MS). Ministério Público Federal (MPF). Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24) – realizado de 28 a 30 de agosto de 2017, em Campo Grande (MS), com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 04 a 06 de outubro de 2017, em Florianópolis/SC, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16

horas.

- ✓ Seminário Nacional “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 07 a 09 de março de 2018, em Brasília/DF, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “Estudo de casos sobre contratação direta – principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação” – realizado de 14 a 16 de março de 2018, em São Paulo/SP, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Curso in company “Alterações e aditivos aos contratos administrativos - Melhores práticas para alterações do objeto, prazo e valor nos contratos de serviços, obras, compras e registro de preços”. Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (PGJMG) – realizado entre 31 de julho a 3 de agosto de 2018, em Belo Horizonte (MG), com carga horária total de 32 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Seminário Nacional “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 20 a 22 de agosto de 2018, em Maceió/AL, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Curso in company “45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e os contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016” – ADECE, ZPE/CE, CODECE, METROFOR, CAGECE, EMPRAPA e COGERH, realizado entre 26 e 28 de setembro de 2018, em Fortaleza (CE), com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 24 horas.
- ✓ Seminário Nacional “Licitação e contratação direta – Como os Tribunais de Contas e o Judiciário interpretam e orientam os agentes na solução de grandes problemas” – realizado de 03 a 05 de dezembro de 2018, em Brasília/DF, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 08 horas.
- ✓ Curso in company “O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei 13.303/2016”,

realizado de 23 a 25 de abril de 2018, em Vitória/ES (CESAN), com carga horária de 24 horas , tendo atuado 16 horas.

- ✓ Curso in company “Licitações, Contratos e Convênios”, realizado nos dias 07, 8 e 11 de junho de 2018, em Belo Horizonte/MG (FHEMIG), com carga horária de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Curso in company “Aspectos aplicados dos contratos administrativos – alterações e aditivos dos contratos administrativos, alterações de objeto, prazo e valor, garantia contratual e aplicação de sanção”, realizado nos dias 23, 24, 30 e 31 de julho 2018, em Florianópolis/SC (MPSC), com carga horária de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ Curso in company “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 22 a 24 de outubro de 2018, em Recife/PE, Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 24 horas.
- ✓ Curso In Company “O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei nº 13.303/16” – realizado de 26 e 27 de novembro de 2018, em Niterói/RJ (EMUSA) com carga horária total de 16 horas.
- ✓ Curso In Company “As contratações das Empresas Estatais – como entender e aplicar o novo regime de licitações e contratos da Lei 13.303/2016” – realizado nos dias 29 e 30 novembro de 2018, em Salvador/BA (SEMGE) com carga horária total de 16 horas.
- ✓ Curso in company “45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e os contratos das Estatais de acordo com a Lei 13.303/2016”, realizado nos dias 03, 04 e 06 de dezembro de 2018, em Niterói/RJ. Instituto Vital Brazil (IVB), com carga horária de 24 horas.
- ✓ Seminário Nacional “50 acórdãos do TCU e dos Tribunais Superiores que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e

- contratos” – realizado de 15 a 17 de abril de 2019, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
- ✓ II Encontro Nacional das Estatais – realizado de 27 a 29 de maio de 2019, em Brasília/DF, com carga horária de 24 horas, tendo atuado 08 horas.
 - ✓ Seminário Nacional “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 25 a 27 de junho de 2019, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
 - ✓ Curso in company “Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos”, realizado de 25 a 27 de junho de 2019, para o TCM-RJ, no Rio de Janeiro (RJ), com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 8 horas.
 - ✓ Seminário Nacional “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 07 a 09 de outubro de 2019, em Brasília/DF, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
 - ✓ Seminário Nacional “A contratação pública sem licitação – cabimento, instrução do processo de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes” – realizado de 14 a 16 de outubro de 2019, no Rio de Janeiro/RJ, com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
 - ✓ Curso in company “60 vícios nas licitações e contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver” – realizado de 12 a 14 de agosto de 2019, em Brasília/DF. Supremo Tribunal Federal (STF), com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 16 horas.
 - ✓ Curso in company “Temas polêmicos e relevantes da contratação pública – a condução e o julgamento do pregão / Regime das micro e pequenas empresas / Contratação direta” – realizado de 20 a 22 de agosto de 2019, em Fortaleza/CE. 10ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEX), com carga horária total de 24 horas, tendo atuado 08 horas.
 - ✓ Seminário Nacional “A contratação pública sem licitação – cabimento,